



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 007

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE MARÇO DE 2004 ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB.....	Antonio Anibelli
PPB.....	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS.....	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE MARÇO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pela senhora deputada Elza Correia e pelo senhor deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Jensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO/CTL/CC Nº 027/04

Curitiba, 02 de março de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de vir à presença de V. Exa. para comunicar a essa augusta Assembléia Legislativa que

afastar-me-ei do País, no período de 3 a 6 do corrente mês, com destino à Argentina, a fim de participar de missão de empresários paranaenses (Missão Paraná), junto ao Mercosul, assim como estabelecer tentativas visando ligação asfáltica entre Capanema, Paraná, e Adresito, na Província de Misiones.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Indicação:

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 006/2004

Exmo. Sr. Governador do Estado e Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia:

O deputado que a presente Indicação subscreve, que será submetida às Comissões Parlamentares e ao Plenário desta Casa, utiliza deste instrumento regimental para levar a V. Exa. a seguinte sugestão de providência administrativa:

1 - criar, junto à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia cargos de Ouvidor Geral, para lotação em cada uma das Instituições de Ensino Superior do Estado, que a nomeação do Ouvidor Geral pelo Governador do Estado, segundo critérios e condições que entender apropriados, recaiam em pessoa sem vínculo de qualquer natureza com a administração, o corpo docente ou discente da Instituição de Ensino Superior na qual venha a ser lotado.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Considerando a impossibilidade de corrente de óbice constitucional para apresentação de projetos de lei que importem em interferência na seara administrativa, especificamente a criação de cargos no Poder Executivo, por iniciativa do Poder Legislativo.

Considerando que proposta dessa natureza caracterizaria uma indevida interferência entre os Poderes do Estado.

Considerando, todavia, que não poderia omitir-me ante as graves irregularidades denunciadas pela mídia relativamente às IES, que inclusive motivaram a criação de uma CPI das IES nesta Assembléia Legislativa, utilizo-me da prerrogativa parlamentar da Indicação, prevista no Regimento desta Casa, artigo 128, alterado pela Resolução 003/2003, para sugerir ao senhor governador a criação do cargo de Ouvidor junto as IES, objetivando abrir canais de comunicação ágeis, para que sejam mais prontamente apuradas e tomadas as providências, relativamente às irregularidades verificadas nessas instituições de ensino, de modo a que cumpram, sem desvios, a sua função institucional.

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 170**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para votação do Projeto de Lei nº 726/2003, de minha autoria, que dispõe sobre tarifa diferenciada para a demanda noturna de energia elétrica por estabelecimentos consumidores industriais, comerciais ou prestadores de serviços, urbanos ou rurais, no desenvolvimento ou ampliação de sua atividade produtiva.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 171

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para votação do Projeto de Lei nº 284/2003, de minha autoria e que dispõe sobre autorização para a iniciativa privada patrocinar o ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 150

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER preferência de votação para o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede de Educação Básica do Paraná, apresentado em data de hoje na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 156

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque na discussão e votação da Emenda nº 05 de Plenário, ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2004 (Plano de Carreira dos Professores do Paraná).

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 164

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 171, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para discussão e votação da emenda de Plenário

nº 07 de autoria da Bancada de Oposição ao Projeto de Lei nº 003/2004, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 165

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 171, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para discussão e votação da emenda de Plenário nº 09 de autoria da Bancada de Oposição ao Projeto de Lei nº 003/2004, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 166

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 171, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para discussão e votação da emenda de Plenário nº 08 de autoria da Bancada de Oposição ao Projeto de Lei nº 003/2004, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 167

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 171, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para discussão e votação da emenda de Plenário nº 01 de minha autoria ao Projeto de Lei nº 003/2004, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 148

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) Geraldo Cartário

REQUERIMENTO Nº 152

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos de lei, que não sofreram emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 147

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 04 do corrente mês, (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 172

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER:

1 - a utilização do Plenarinho, nos dias 12 de março e 2 de abril, no horário das 09hs às 17hs., para a realização de um Curso de Formação Política;

2 - dê-se ciência aos departamentos de Segurança, Cerimonial, Som e demais interessados.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 161

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, vem mui respeitosamente, REQUERER à Mesa Executiva que sejam prestadas as seguintes informações a todos os deputados, na Sessão do dia 09 de março de 2004, a respeito dos carros que se encontravam à disposição dos parlamentares estaduais do Paraná:

- se todos os deputados devolveram os carros até a data estipulada;

- caso não tenham sido todos os deputados a devolver os carros, indicar a relação de carros ainda não devolvidos e quais os deputados que ainda não fizeram;

- informar marca, cor, modelo, placa, Renavan e condições de todos os veículos devolvidos pelos deputados;

- informar quais foram os veículos devolvidos com multas pendentes;

- informar o motivo das pendências.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 173

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, a reserva do espaço do Plenário Valdemar Daros para Sessão Solene, no dia 25 de março de 2004, às 16 horas, quando o governador Roberto Requião apresentará a Lei nº 14.274, de 24 de dezembro de 2003, que trata da reserva de cota de 10 por cento aos afrodescendentes, ocasião em que estarão presentes autoridades locais e nacionais. Solicito ainda o apoio do Cerimonial desta Casa, bem como a confecção dos convites.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 159

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, a convocação do Exmo. Sr. Dr. Fernando Guimarães para comparecer em Sessão Plenária, no dia 16 de março de 2004, às 15 horas, para esclarecer esta Casa sobre a auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná realizada na Prefeitura de Matinhos e que resultou na intervenção do município, bem como durante o exercício de 2003/2004.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 169

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário o envio de votos de congratulações ao jornal Diário Popular pela comemoração de seus 41 anos.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Em data de 04/03/2004 - amanhã, o jornal Diário Popular estará comemorando seus 41 anos de fundação, com circulação ininterrupta.

O jornal tem prestado ao longo desses anos um importante serviço à nossa comunidade já que esteve sempre presente em todos os mais importantes fatos da vida do nosso Estado e também no nosso país. Onde está a notícia, lá está o Diário Popular, com sua imparcialidade e clareza, sempre levando ao leitor os fatos e as notícias.

Com seriedade e lisura, vimos o Diário Popular avançar através desses anos. É comum vê-lo nas mãos dos trabalhadores logo pela manhã, de mão em mão dentro dos locais de trabalho, ou atraindo leitores em torno de bancas de jornais da nossa cidade - tornou-se um símbolo, já que mais de 600 bancas o expõem diariamente.

Aos domingos é o segundo jornal mais vendido em Curitiba e Região Metropolitana e possui ainda 4267 assinantes fixos. Ainda, 1177 locais o recebem de cortesia, o que aumenta em muito a gama de seus leitores.

Ao jornal Diário Popular, pela comemoração de seus 41 anos de existência, receba, através de seu fundador e proprietário - Dr. Abdo Aref Kudri, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 144

Senhor Presidente:

O deputado estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER a essa presidência, voto de

louvor ao Dom Efrain Basílio Krevey, Esparca dos Ucrânios Católicos, face o grande trabalho desenvolvido durante seus 50 anos de sacerdócio em prol da comunidade ucraniana do Brasil.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) FELIPE LUCAS

BIOGRAFIA - D. EFRAIN B. KREVEY

D. Efrain Basílio Krevey, filho de João Krevey e Sofia Bardal Krevey, nasceu na localidade de Saltinho, município de Ivaí, PR, no dia 12 de dezembro de 1928.

Freqüentou a Escola local de Saltinho, nos anos 1937-1939, sendo sua professora a dona Ana Bardal, sua tia. Em 1939, quando da visita canônica de Dom Ivan Bushko, o pároco Pe. Orestes Karpliuk, o incentivou para a vida sacerdotal. No ano seguinte, ingressa no Seminário São José, em Prudentópolis, onde terminou os seus estudos ginasiais. Em 1943, orientado pelos superiores, ingressou no noviciado dos Padres basilianos. Em 1945, inicia seus estudos humanísticos e filosofia no Mosteiro da localidade de Iracema, em SC. No final de 1948 parte para Roma, onde, nos anos seguintes, faz seus estudos teológicos, na Pontifícia Universidade Gregoriana, alcançando o grau de Bacharelado em Teologia.

O caminho para o sacerdócio se iniciou em 04 de março de 1951, quando recebeu as ordens menores. O diaconato aconteceu no dia 25 de março do mesmo ano, em Roma, pela imposição das mãos de Sua Exa. D. Ivan Bushko. A ordenação sacerdotal aconteceu na igreja de São Sérgio e Baco, em Roma, no dia 12 de novembro de 1951, sendo ordenante o próprio D. João Bushko.

Retorna ao Brasil no final do ano de 1952. No ano seguinte, após a celebração da Primeira Divina Liturgia Solene, em sua Colônia, é nomeado coadjutor da paróquia de S. Josafat em Prudentópolis e professor no Seminário S. José dos Padres Basilianos. Em 1955, torna-se Diretor do Seminário e em 1959, torna-se o Superior do Mosteiro dos Padres basilianos bem como Pároco da Paróquia de S. Josafat em Prudentópolis. Desempenhou esse cargo até o mês de junho de 1959. Durante este tempo, concluiu a construção do Seminário e Mosteiro, bem como a reforma de toda a igreja de S. Josafat. Readquiriu os terrenos, onde hoje está construído o Centro Social Clube 12 de novembro, no centro da cidade de Prudentópolis. No campo pastoral, sempre se distinguiu pelo zelo apostólico no atendimento a todos os paroquianos, distinguindo-se o seu trabalho entre os jovens. Fundou, durante estes anos, o grupo folclórico, hoje denominado Grupo Folclórico Vesselka.

Em junho de 1969, é transferido para Curitiba, onde inicia os trabalhos na Casa de Formação dos Padres Basilianos.

Em 1970 foi eleito Provincial dos Padres Basilianos na Província de S. José, aqui no Brasil. Desenvolveu por pouco tempo este seu cargo, visto que no dia 29 de novembro de 1971, foi nomeado Bispo Coadjutor

da Eparquia Ucrâno-Católica de S. João Batista para os ucranianos católicos de todo o Brasil.

Foi ordenado Bispo na Basílica de S. Pedro em Roma, sendo ordenante o próprio Papa Paulo VI, no dia 13 de fevereiro de 1972.

Assumiu a Eparquia como Coadjutor de D. José Martenetz no mês de março de 1972. D. Efrain distinguiu-se sempre pelo grande zelo apostólico e empreendedor, como Bispo, dentro da Eparquia. Numerosas são as visitas pastorais, incentivando o povo em sua caminhada cristã, na conservação do próprio Rito, como também das tradições. Para melhor atendimento pastoral dos fiéis, incentivava-se a formação de novas comunidades, principalmente nas regiões novas do Paraná, nos municípios de Pitanga, Roncador, Campo Mourão, Cascavel e Pato Branco. Fundou várias paróquias.

Em 1972 inicia a construção da nova Sede Eparquial em Curitiba. Fundando o Grupo Folclórico Poltava, constrói também o Clube, Centro Religioso Cultural Poltava, centro de irradiação da cultura religiosa e popular entre os ucranianos em Curitiba e no Paraná.

Em 10 de maio de 1978 tornou-se o segundo Eparca da Eparquia Ucrâno-Católica de S. João Batista, com a renúncia de D. José Martenetz, alquebrado pela doença.

D. Efrain sempre incentivou, durante o seu ministério episcopal, a construção de várias igrejas do rito ucrâno-católico, fazendo com que a Eparquia muito prosperasse. Convém ressaltar o seu trabalho com os jovens e profissionais, na organização de vários encontros e congressos da juventude e comunidade ucraniana no Brasil.

D. Efrain, durante esses 50 anos de sacerdócio e 31 anos de ação pastoral, em particular 25 anos de Eparca, em prol do Reino de Deus e bem da Eparquia, com certeza, colhe os frutos, semeados com generosidade, disposição, animado sempre seu lema episcopal: A caridade jamais acabará. Sim, através de sua pessoa e ação se sente o reavivar da fé de um povo em sua caminhada cristã. Que Deus dê muitos anos de vida a D. Efrain no comando Igreja Ucrâno-Católica no Brasil.

Outrossim, julgo mais do que justo prestar na tarde de hoje esta singela homenagem à tão ilustre cidadão paranaense, que muito fez pela Comunidade Ucraniana do Estado, que atinge nos dias de hoje aproximadamente 400 mil pessoas.

REQUERIMENTO Nº 146

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, sugerindo sejam criados Cargos em Comissão Provisórios, para suprir a necessidade urgente de professores substitutos nas universidades estaduais, no modelo em que foram criados para a Fundação Teatro Guaíra, como

medida paliativa de uma situação grave que deixa centenas de alunos fora das salas de aula e prolonga de maneira desrespeitosa a conclusão de seus cursos.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 142

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Exmo Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando providências no sentido do estabelecimento de negociação com as universidades estaduais do Paraná, evitando a deflagração de greve que não trará nenhum benefício para a comunidade acadêmica paranaense.

É de conhecimento geral que o Estado do Paraná investe mais que as outras unidades da Federação no ensino superior, contando com apenas uma Universidade Federal.

O Rio Grande do Sul só criou sua primeira universidade estadual em 2002, contando com diversas universidades federais, enquanto o Estado do Paraná suporta altos investimentos no ensino superior.

Esse panorama está estabelecido no Estado do Paraná. Contudo, não pode o Estado, sob pena de ver decrescer o crescimento de tecnologias importantes para o desenvolvimento do Paraná, deixar suas instituições de ensino superior sem atenção.

Só para ilustrar como muitas dessas instituições são essenciais para o Paraná, a Universidade Estadual de Maringá, através de seu laboratório, produz remédios em escala industrial e distribui essa produção para todo o Estado. Esse exemplo é um só, mas pode-se citar inúmeros casos de iniciativa bem sucedidas em todas as universidades que também geram renda e desenvolvimento.

Diante da importância das instituições de ensino superior do Estado, pede-se que o governo do Estado analise a situação e negocie com essas organizações e respectivos profissionais, para a continuidade do trabalho voltados ao desenvolvimento do povo paranaense.

Cabe salientar, sem desmerecer as demais universidades, que a Universidade Estadual de Maringá está entre as instituições respeitadas nacionalmente, pela qualidade de sua produção e ensino. Dessa forma, se há problemas, devemos solucioná-los e não fazer cessar essa importante fonte de conhecimento.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 157

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao secretário de Estado da Segurança

Pública para que o mesmo verifique a possibilidade de destinar duas viaturas da Polícia Militar para melhorar o atendimento afeto àquele órgão nos bairros de Santa Felicidade, São Braz e Região.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O atendimento desta solicitação viria trazer mais segurança e tranquilidade aos bairros de São Braz, Santa Felicidade e Região. É um clamor geral dos moradores daqueles bairros por mais segurança. Como é uma região de grande afluência de turistas que se dirigem ao mais famoso bairro gastronômico de Curitiba, seria de bom alvitre que todos os que lá residem e os turistas tivessem uma imagem positiva no aspecto segurança.

REQUERIMENTO Nº 145

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao senhor secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Altair Tarciso Rizzi, solicitando, em caráter de urgência, sua presença em Sessão Plenária nesta Casa de Leis, para responder questionamentos dos nobres deputados com respeito a problemas enfrentados pelas universidades estaduais, tais como a falta de professores.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(aa) JOCELITO CANTO

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 162

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, diretor-superintendente da Fundepar, solicitando as informações abaixo relacionadas, referentes à reforma e cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Ayrton Senna da Silva, do município de Foz do Iguaçu.

- Cronograma da obra.
- Projeto.
- Valor.
- Total de verbas repassadas.
- Situação atual.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de requerimento que reproduz o inteiro teor do Ofício nº 277/2003, do gabinete do parlamentar que o presente subscreve e que foi protocolado em 03/12/2003, junto à Secretaria da Justiça, e que até o presente momento não foi respondido, como exige o Decreto nº 253 de 29/01/2003, havendo, portanto, necessidade que esta Casa de Leis solicite as informações requeridas

e, caso a negligência e o descaso permaneçam, adote as medidas legais cabíveis.

REQUERIMENTO Nº 151

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Aldo Parzianello, secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando, com base nos dados da Junta Comercial do Estado do Paraná:

- a) o número de empresas baixadas no ano de 2003;
- b) o número de empresas registradas no ano de 2003;
- c) a distribuição dos dois casos por região administrativa e por categoria de empresas (comercial ou prestadora de serviços);

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de requerimento que reproduz o inteiro teor do Ofício nº 003/2004, do gabinete do parlamentar que o presente subscreve e que foi protocolado em 04/02/2004, junto à Secretaria da Justiça, e que até o presente momento não foi respondido, como exige o Decreto nº 253 de 29/01/2003, havendo, portanto, necessidade que esta Casa de Leis solicite as informações requeridas e, caso a negligência e o descaso permaneçam, adote as medidas legais cabíveis.

REQUERIMENTO Nº 163

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações do senhor governador e do secretário de Estado da Fazenda quanto ao não cumprimento, no prazo legal, da obrigação de demonstrar ao Poder Legislativo o cumprimento das metas fiscais relativas ao último quadrimestre de 2003 até o final do mês de fevereiro de 2004 em conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 9, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 160

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de aquisição de informações ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná quanto à arrecadação do Funrebom no município de Fazenda Rio Grande, esclarecendo os seguintes pontos (tudo com apresentação de números, valores e aplicações dos referidos recursos arrecadados):

I - Valor anualmente repassado ao Corpo de Bombeiros pelo município de Fazenda Rio Grande no período de exercício de 2001 a 2004.

II - Destino desses recursos.

III - Em que, onde e como foram, e são, aplicados esses recursos.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 168

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações do secretário chefe da Casa Civil, Sr. Caíto Quintana, questionando:

a) Em que data o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, conhecido como “Carlinhos Cachoeira”, esteve no Palácio Iguazu?

b) Por quem foi recepcionado, com quem esteve reunido e qual o assunto tratado?

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 037/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura do município de Marmeleiro o imóvel denominado área institucional, localizado dentro do quadro urbano do Conjunto Habitacional Araucária, de casas populares, na cidade município de Marmeleiro, contendo a área superficial de quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro metros e vinte e um decímetros quadrados (4.494,21m²), dentro dos seguintes limites e confrontações: Tem seu ponto de partida na Rua Marginal, interseção com o lote nº 11 da quadra nº 03, onde denominou-se o marco 0-PP no rumo 74°45'0" NE, mediu-se 90,56 metros, confronta-se com os lotes nºs 11, 13, e 16 da quadra nº 03; desta deflete à direita no rumo 30°45'0" SE, mediu-se 45,50 metros, confronta-se com a Rua projetada “E”; deste deflete à direita no rumo 74°45'0" SW, mediu-se 114,48m, confronta-se com o lote nº s/nº com 243,42m² da quadra nº 03, lotes nº 02 a 08 e 10, da quadra nº 03 e deste deflete à direita no rumo 00°15'00" NW mediu-se 45,39m, até o marco 0-PP, início do caminhamento, confronta-se com a Rua Marginal. O presente imóvel matrícula nº 9.121 é originário do Registro R-6 da matrícula nº 5.834 do livro 02 do Primeiro Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão, feito em data de 14 de maio de 1982.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCHI

JUSTIFICATIVA:

A solicitação de devolução se justifica em função dos seguintes fatos:

Este imóvel já pertencia ao município, e no mês de fevereiro de 1984, foi doado à Fundepar, para a mesma edificar o prédio escolar, da antiga Escola Estadual Araucária, que utilizou parte do imóvel.

Em 1991, com o processo de municipalização do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, a manutenção da escola passou a ser do município de Marmeleiro até a presente data.

Trata-se de um Bairro do próprio conjunto e desde a sua constituição até hoje, possui apenas 87 casas, e não existe a perspectiva de aumento da demanda no local, para no futuro funcionar Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A Administração Municipal está investindo nas escolas estaduais existentes no município como? Na Escola Estadual Bom Jesus, localizada na Comunidade de Bom Jesus funciona em prédio municipal, e ali no município investiu no sistema de água, repasse de recursos para APM da Escola manter o vigia. No Colégio Estadual de Marmeleiro o município instalou um sistema de água, repasse de recursos para APM da Escola manter o vigia. No Colégio estadual de Marmeleiro o município instalou um sistema de alarme monitorado, paga as mensalidades e cede um vigia das 18h00 às 20h00.

A Comunidade do Bairro está solicitando à Administração municipal, parte do espaço que está em desuso fora do pátio da Escola, para a construção de uma Igreja, que para sua concretização é necessário que o terreno esteja em nome do município.

Solicita-se, a devolução do terreno na forma de doação para que sejam efetuados investimentos necessários que a Comunidade exige da Administração Municipal.

PROJETO DE LEI Nº 038/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, os automóveis de passageiros, com até 127 hp de potência bruta, quando adquiridos por:

I - pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por seu representante legal.

§ 1º - Para a concessão do benefício previsto no artigo 1º é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia,

monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

§ 2º - Para a concessão do benefício previsto no artigo 1º é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

§ 3º - Na hipótese do inciso I, ou automóveis de passageiros a que se refere o *caput* serão adquiridos diretamente pelas pessoas que tenham plena capacidade jurídica e no caso dos interditos, pelos curadores.

§ 4º - Os conceitos de pessoas portadoras de deficiência severa ou profunda, ou autistas, serão definidos conforme estabelece o parágrafo 4º do artigo 1º da Lei Federal nº 10.690, de 16 de junho de 2003.

Art. 2º - A isenção de que trata o artigo 1º dar-se-á desde que:

I - o benefício seja previamente reconhecido pelo Delegado Regional da Receita, mediante requerimento do adquirente;

II - o adquirente possua laudo de perícia médica, fornecido pelo Departamento de Trânsito do Estado - Detran, do município onde residir em caráter permanente, que especifique o tipo de deficiência.

Art. 3º - A isenção do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, de que trata o artigo 1º, somente poderá ser utilizada uma vez, ressalvados os casos excepcionais em que ocorra a destruição completa do veículo ou o seu desaparecimento, ou se o veículo tenha sido adquirido há mais de três anos.

Parágrafo Único - Não se exigirá o estorno do crédito fiscal nas saídas das mercadorias beneficiadas com a isenção prevista no artigo 3º.

Art. 4º - O adquirente do veículo deverá recolher o imposto com atualização monetária e acréscimos legais, a contar da data da aquisição, na hipótese de:

I - transmiti-lo, a qualquer título, dentro do prazo de três anos da data da aquisição, a pessoa que não faça jus ao mesmo tratamento fiscal;

II - empregar o veículo em finalidade que não seja a que justificou a isenção.

Art. 5º - O estabelecimento que efetuar a operação isenta deverá indicar no documento fiscal correspondente o número de inscrição do adquirente no CPF e entregar, à repartição fiscal a que estiver vinculada, até o 15º dia útil, contado da data da operação, cópia da 1ª via do respectivo documento fiscal.

Art. 6º - O Poder Executivo Estadual regulamentará esta lei no prazo de 90 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A medida em questão visa a exigüidade do disposto no inciso XIV, do artigo 24 da Constituição Federal, que cita que cabe ao Estado legislar concorrentemente sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências.

A sociedade brasileira, e em especial a paranaense, há muito precisa dar maior relevância à questão da deficiência. Os portadores de deficiência já carregam o estigma do preconceito e da incompreensão, proporcionar a eles uma melhor qualidade de vida é um imperativo social.

Assim sendo, esperamos o apoio para aprovação do presente projeto, que vem em prol de melhorar a vida daqueles que tão corajosamente a levam, apesar de toda a dificuldade imposta pela deficiência.

PROJETO DE LEI Nº 039/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de Avenida Governador José Richa, o trecho da antiga BR-116, hoje conhecida como BR-476, ou carinhosamente como eixo metropolitano, com 20 km do Pinheirinho até o Atuba, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Antonio Anibelli, Luiz Nishimori, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Pupio, Valdir Rossoni e Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

Propomos este plano de lei, com o intuito de homenagear um homem que escreveu a história do Paraná através de trabalho honrado.

O presente projeto de lei pretende render muito mais que uma homenagem a José Richa, esse fluminense que adotou o Paraná e foi responsável por um dos mais importantes capítulos da nossa recente história política. Muito mais que um homem público, a trajetória de Richa foi pautada de uma irrepreensível conduta ética, uma incabível seriedade no trato da coisa pública e um profundo respeito por seus semelhantes. Dos tempos da militância estudantil, passando por governador do Estado

até chegar ao Senado Federal, Richa percorreu mais de 40 anos um caminho que deixa para as futuras gerações incontáveis exemplos de como a dignidade na ação pública e particular fazem a diferença entre o ser humano.

O pai de José Richa, Khalil Assad, veio do Líbano e foi morar em São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro, onde se casou com Joana Miguel e onde nasceram seus dois filhos: José e Jamil. Em 1939, a família Richa mudou-se para o Paraná e se instalou no distrito de São Roque do Pinhal no município de Joaquim Távora. Nessa localidade, Khalil foi o principal líder na luta para a implantação da Escola Isolada Municipal de São Roque do Pinhal, que mais tarde recebeu o nome de Khalil Assad Richa. Foi nessa escola que José e Jamil estudaram até o terceiro ano primário. Em Londrina, última residência do patriarca, os Richa se instalaram de forma definitiva. O casamento com Arlete Richa e o nascimento de José Richa Filho, Carlos Alberto e Adriano também ocorreram na cidade, que se transformou no berço das experiências políticas, culminando com a eleição, em 72, para a prefeitura municipal.

Anteriormente, José Richa já acumulava participações expressivas no movimento estudantil. Em 56 foi secretário e em 58 eleito presidente da União Paranaense dos Estudantes e membro do Conselho da União Nacional dos Estudantes. A presidência do Diretório Nacional da Juventude Democrática Cristã veio em 60, além da vice-presidência do Comitê Municipal da JDC.

O primeiro mandato eleito foi conquistado em 62 para a Câmara Federal e a reeleição em 66. Com uma postura declaradamente de oposição ao regime autoritário, Richa foi um dos principais articuladores para a fundação do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB. No currículo, o aguerrido parlamentar possuía duas passagens por cargos no Executivo Paranaense: oficial de gabinete do governador Ney Braga (61) e chefe de gabinete da Secretaria do Interior e Justiça (62).

O sucesso na administração de Londrina rendeu a Richa uma das vagas para o Senado Federal (78). Na prefeitura, realizou obras de fundamental importância para o crescimento da cidade, destacando a Via Expressa Norte-Sul e o Estádio do Café, este último construído em tempo recorde e que possibilitou a inclusão do Londrina Futebol Clube na Primeira Divisão do Campeonato Brasileiro. O passaporte para o Governo do Estado foi carimbado em 82, na primeira eleição direta patrocinada pela “abertura política” que o Brasil vivenciava.

Democracia participativa foi a característica principal do Governo Richa, com a comunidade discutindo suas reivindicações e definindo prioridades. As duas grandes iniciativas que tornaram-se sinônimo de sua administração, foram primordiais para a garantia da preservação ambiental do Estado. A celebração de convênio com o Estado de São Paulo para a conservação do

Estuário Lagunar Guaraqueçaba, Iguape, Cananéia e o tombamento da Serra do Mar.

Vale destacar ainda, importantes realizações na área da Educação, onde os chefes políticos locais deixaram de nomear e demitir diretores de escolas estaduais com a implantação da eleição direta para os cargos. No período, os professores da rede estadual de ensino conquistaram um piso salarial para a categoria.

No campo político, José Richa foi um dos principais mentores da aliança democrática que, tendo organizado a primeira reunião de governadores da Oposição na cidade de Foz.

Terminado seu vitorioso período de governo, Richa foi guindado novamente ao Senado Federal (86), com expressiva participação na elaboração dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, sendo um dos relatores de uma das comissões temáticas, a da Organização do Estado e Coordenador do denominado “Grupo dos 32”, integrado por eminentes nomes da política nacional, entre os quais estavam o atual ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o jurista Afonso Arinos, José Serra a jornalista Cristina Tavares do Jornal O Estado de São Paulo e o governador de São Paulo Mário Covas.

Em 1988, os rumos políticos que o PMDB tomava gerou descontentamento entre aqueles que defendiam uma atitude mais coerente com a prática política, rejeitando o fisiologismo e o clientelismo. Os políticos de São Paulo, liderados por Franco Montoro, Fernando Henrique, José Serra e Mário Covas, do Paraná tendo a frente José Richa e Euclides Scalco, e de Minas Gerais com Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo, fundaram e organizaram o Partido da Social Democracia (PSDB), que muitos duvidavam que se tornasse realidade. Os fatos políticos que se sucederam demonstraram o contrário, tendo o Partido, com menos de dez anos de sua criação, eleito o presidente da República, governadores dos principais Estados brasileiros e hoje, seguramente, uma das três maiores agremiações políticas da República.

A despeito de ter sido convidado pela frente de Partidos políticos que levou ao Palácio Iguaçu o Governador Jaime Lerner, José Richa abdicou de um novo mandato no Senado, que os analistas políticos davam como certo. Por entender que o atual modelo político brasileiro, o presidencialismo encontra-se esgotado, Richa preferiu afastar-se da vida pública e continuar sua caminhada na luta pela implantação do Regime Parlamentarista. Mesmo estando distante da vida política, seu nome ainda foi constantemente lembrado para ocupar altas funções no Executivo Federal.

José Richa, nasceu em São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro em 1934 e reside no Paraná, desde 1939. Casado com Arlete Vilela Richa, tiveram três filhos, José Richa Filho, Carlos Alberto e Adriano.

Cursos:

Iniciou o curso primário em Joaquim Távora (PR) e concluiu o secundário em Jacarezinho (PR).

Formado em Odontologia pela Universidade Federal do Paraná em Curitiba.

Cargos Exercidos:

No período de 1956 a 1958, foi secretário, presidente da União Paranaense dos Estudantes e membro do Conselho da União Nacional dos Estudantes.

Em 1960, foi presidente do Diretório Nacional da Juventude Democrática Cristã (JDC) e vice-presidente do Comitê Mundial da JDC.

Em 1961 foi oficial de Gabinete do governador do Paraná.

Em 1962 foi secretário da Juventude do Diretório Nacional do Partido Democrata Cristã (PDC).

Em 1962 foi chefe de Gabinete da Secretaria do Interior e Justiça.

Deputado Federal em 1962 e reeleito em 1966.

Em 1965 foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido de Oposição ao regime autoritário.

Em 1968 exerceu a presidência da Comissão de Economia da Câmara dos deputados.

Em 1972 foi eleito prefeito municipal de Londrina.

Em 1978 foi eleito senador da República.

Em 1980 exerceu a presidência da Comissão de Economia do Senado Federal.

Em 1982 foi eleito governador do Estado do Paraná.

Em 1986 foi eleito senador da República.

Em 1988 desligou-se da Bancada do PMDB e foi um dos fundadores do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

Foi membro titular de diversas Comissões Permanentes no Senado da República.

Foi relator de uma das oito Comissões Temáticas da Assembléia Nacional Constituinte, Organização do Estado e Coordenador dos Grupos dos 32.

Era membro do Diretório Regional e Nacional do PSDB.

Participações em Congressos e Seminários - os principais:

Strassburgo (França), Roma (Itália), Bonn (Alemanha), Caracas (Venezuela), Santiago (Chile), Nairóbe (Quênia) e Genebra (Conferência da ONU sobre Direitos do Mar).

Condecorações:

Membro efetivo do Conselho Superior da Academia Brasileira de História.

Membro Honorário Nacional da Academia Brasileira de Odontologia Militar.

Reconhecimento Maçônico pela Loja Grande Oriente do Brasil.

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Grã-Cruz, concedida pelo governador da Suécia.

Grande medalha da Inconfidência, outorgada pelo Governo de Minas Gerais.

Presidente de Honra do VII Congresso Brasileiro de Medicina Legal e do I Congresso Brasileiro de Vitimologia (Londrina 1984).

Honra ao mérito, outorgada pelos poderes Legislativo e Executivo de Londrina, por ocasião das comemorações do Cinquentenário de Emancipação Política do município em 1985.

Destaque “A Lavoura 1986”, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Condecoração da Ordem do Mérito Aeronáutico, outorgada pelo Ministério da aeronáutica em 23/10/87.

Cidadão Honorário de diversos municípios paranaenses, Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Faleceu em São Paulo em 17 de dezembro de 2003, com 69 anos de idade.

A justificativa que aqui apresentamos diz tudo com muita clareza a trajetória política daquele honrado homem, que foi o saudoso governador José Richa.

A brava gente paranaense compreende que José Richa, como representante, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, na Prefeitura Municipal de Londrina ou como governador do Estado do Paraná, soube sempre interpretar os anseios do progresso, sem levar em conta o seu sossego ou prementes.

Procedessem assim todos os que se apresentam ao favor do voto popular e, por certo, não andaria o povo tão descrente da ação de seus mandatários.

Fazer política, não é aproveitar-se dos cargos, quer para lisonjear vaidade, quer pelo intuito imoral de se aproveitar da situação em benefício próprio ou de um grupo de amigos, em detrimento do bem-estar coletivo.

O povo sabe, todavia, julgar onde está o que o defende e onde está o que o explora com promessas vãs, palavrório despido de sinceridade.

Praticar a política, a sã política, é abraçar o sacrifício. Para tanto, são requeridos daqueles que a ela se entregam qualidades incomuns de coragem e abnegação aliadas a uma inteligência esclarecida e conhecimento profundo dos problemas sociais.

A José Richa nunca faltaram esses predicados. A eles, acrescentamos ainda o magnífico espírito de despreendimento que exornava seu caráter e a galhardia de atitudes que sempre marcou seus atos. As luzes do seu espírito culto, uniu o calor de seu bondoso coração.

PROJETO DE LEI Nº 040/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A transferência ex officio a que se refere o parágrafo único do artigo 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, será efetivada no âmbito das instituições de ensino superior do sistema estadual em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público estadual civil ou militar estudante ou seu dependente estudante, se requerida

em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa equacionar os dispositivos constantes na lei federal que dispõe sobre a transferência ex officio conforme estipulados pelo parágrafo único do artigo 49 a Lei nº 9394/96:

“Art. 49 - As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo Único - As transferências ex officio dar-se-ão na forma da lei.”

A Lei nº 9536, de 11 de dezembro de 1997 regulamentando a matéria em nível de sistema federal de ensino dispõe que “quando se tratar de servidor público federal civil ou militar estudante ou seu dependente estudante” fará juz à transferência ex officio para qualquer instituição vinculada a qualquer sistema de ensino (cfr. artigo 1º, Lei nº 9536/97). Na exposição da lei federal os servidores públicos estaduais não foram contemplados. E não poderia ser de outra forma já que a lei federal deve preservar o pacto federativo imposto pelo texto constitucional.

Como o Estado do Paraná dispõe de sistema de ensino superior próprio faz-se necessário regulamentar o dispositivo para o âmbito específico atendendo a peculiaridade estadual.

O efeito desta lei será aquele de complementar a lei federal, assegurando aos trabalhadores do setor público estadual os benefícios indicados naquela.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra à deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Às pessoas que aqui estão, nosso boa tarde! Sejam bem vindos a esta Casa, os professores, profissionais da área de educação do Estado do Paraná, a imprensa toda que sempre está nos acompanhando.

Gostaríamos de informar a esta Casa, que na semana que antecede o Dia Internacional da Mulher, dia 08 março, estaremos comemorando essa data, e a deputada Elza Correia, deputada Luciana Rafagnin e também em nome da deputada Arlete Caramês, que embora esteja licenciada é uma grande companheira, de luta e de garra pelo Estado do nosso Paraná, nós gostaríamos de estar

convidando não só os deputados desta Casa, a imprensa, mas também aqueles que acompanham a luta diária de todas nós mulheres, seja ela política militante, profissional, dona de casa, profissional liberal, enfim, todas as mulheres merecem aqui o nosso respeito e a nossa gratidão.

No dia 8, na Assembléia Legislativa, a partir das 10h00 da manhã, abertura da Exposição de Aquarelas, da artista plástica paranaense Soeli Piazzetta, às 14h30 no Plenário da Assembléia, solicitamos o Grande Expediente, para que as deputadas desta Casa possam usar da palavra.

Estivemos, ontem, almoçando com o governador Roberto Requião e ele, sensivelmente, deu-nos toda a estrutura para que possamos comemorar dignamente o Dia Internacional da Mulher, colocando a TV Educativa numa programação bastante importante, com vários temas relacionados à mulher, não só no dia 8, mas enfim, durante a semana toda.

Estivemos reunidas hoje pela manhã, com o Dr. Marcos Batista, para resolvermos as questões que envolvem a mulher nos diversos segmentos, não só a mãe, mas a mulher profissional, a mulher militante, enfim, todos os segmentos que mostram o trabalho efetivo da mulher no nosso Estado, no Brasil e também no mundo. Nós queremos deixar esse convite e pedimos a todos vocês que compareçam, que estejam aqui, que tragam seus familiares, as mulheres de luta e de garra do nosso Paraná.

Também gostaríamos de dizer que a programação da Assembléia vai se estender ao longo do período da tarde, no salão nobre durante todo o dia, as “amigas da mama” vão estar lançando e elaborando também uma equipe multidisciplinar orientadas pelas mulheres que tiveram o diagnóstico de câncer de mama para saber os procedimentos frente à doença com vídeos didáticos vão estar à disposição das mulheres que aqui comparecerem. Vai ser bastante importante porque durante a Sessão Plenária o governador vai assinar e oficializar no Estado do Paraná, o Conselho Estadual da Mulher. Uma conquista importante das mulheres, deputada Elza Correia colocou ontem nesta Casa a importância desse Conselho para o Estado do Paraná.

Era só senhor presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

No Grande Expediente, horário destinado ao deputado Jocelito Canto, por trinta minutos.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero saudar os professores aqui presentes. Daqui a pouco nós vamos discutir a relação dos Planos de Cargos e Salários dessa importante agremiação, dessa importante classe, que são os professores do Estado do Paraná. Nós certamente estaremos juntos com a APP accompan-

hando tudo aquilo que a APP fez, que é do interesse dos professores.

Mas, se de um lado, senhor presidente, nós resolvemos os problemas, de outro nós temos necessidade de falar um assunto mais uma vez polêmico nesta Casa.

Primeiro, o governador Roberto Requião resolve, a partir de hoje, com a ajuda desta Casa, com a presença da Comissão de Educação desta Casa, da APP. Hoje, votaremos finalmente o Plano de Cargos e Salários, um desejo, uma reivindicação muito antiga, dos senhores professores do Paraná.

Mas, do outro lado, nós temos, lá em Ponta Grossa hoje, a Universidade Estadual praticamente parada, por falta de professores, chegando ao número de quase 200 professores que faltam para as aulas prosseguirem normalmente naquela cidade.

Estou protocolando um requerimento, juntamente com o deputado Plauto Miró Guimarães, que é da nossa cidade também, em que estamos solicitando ao senhor secretário de Estado da Ciência e Tecnologia de Ensino Superior, Altair Rizzi, para que venha a esta Casa, prestar esclarecimento, o porquê da desorganização, da falta de competência, o porquê da esculhambação, na Secretaria de Ensino Superior do Estado do Paraná. Perdoe-me, mas é esse o termo que eu vou usar aqui, porque não é admissível, presidente e deputados, que uma Universidade como a de Ponta Grossa esteja hoje sem aula, porque a Secretaria de Estado foi incompetente e o secretário, no meu ponto de vista, deveria ser demitido, como o governador anda demitindo certos assessores por aí, por incompetência, por ter gana contra a nossa cidade e contra a nossa Universidade.

Recentemente, por orientação desse secretário, fechou-se o curso de medicina, naquela cidade. Acabou com um sonho do povo de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Agora, vemos as universidades de Ponta Grossa, de Guarapuava, com o mesmo problema: falta de professores. A Universidade de Londrina, Maringá e a de Cascavel, agora no final desta mês e no início do próximo mês, quando voltarem às aulas, depois que repusserem as aulas do ano passado, devido à greve, essas universidades terão o mesmo problema pela falta de professores para as instituições estaduais.

O reitor da Universidade de Ponta Grossa, os demais reitores comunicaram ao secretário de Ensino Superior, em agosto, que faltariam professores nas universidades estaduais.

É baseado nisso que estou dizendo, mais uma vez, perdoe-me o linguajar: o secretário de Ensino Superior deste governo é um incompetente, deve ser demitido pelo governador, porque não providenciou o preenchimento das aulas na cidade de Ponta Grossa e nas demais universidades do Estado do Paraná.

Estou protocolando um pedido para o governador, solicitando a presença do secretário aqui, para que na sua

frente eu possa dizer-lhe o que estou dizendo aqui: incompetente, porque não preencheu o que deveria ter preenchido!

Estou reivindicando num requerimento que apresento a esta Casa, que o governador do Estado, imediatamente, autorize que se faça o teste seletivo, ou melhor, que ele contrate os professores em cargo em comissão, como ele fez à TV educativa, ao Museu Oscar Niemayer, ao Palácio Iguaçu e também ao Teatro Guaíra, onde mais de cem pessoas foram contratadas em cargo em comissão e as universidades do Paraná estão sem professores. Isso é uma brincadeira de mau gosto, não acredito que seja uma brincadeira do governador, mas sim desse secretário de Ensino Superior que não tem respeito com as universidades, com os alunos e com o dinheiro público, porque quando as universidades param estão trazendo prejuízos ao Estado do Paraná.

Senhor presidente, senhores deputados, deputada Elza, vai faltar professor em Londrina; deputada Cida, vai faltar professor em Maringá; já está faltando e nós vemos o secretário de Ensino Superior brincando de ser Secretário! Só pode ser isso!

Então, estou solicitando ao governador Roberto Requião que, neste momento, dança um tango na Argentina, que quando voltar, depois do tango da Argentina, ele dance a dança brasileira nas universidades para que essas tenham professores, principalmente a nossa universidade.

Tem mais uma, nós aprendemos com o Requião e com o PT, vocês nos ensinaram: sem-terra; sem-teto, sem mãe, sem pai, sem tio, sem Governo, nós aprendemos com o PT e se o governo do Estado não regularizar essa situação dos professores nas universidades vamos fazer um acampamento aqui, em frente ao Palácio Iguaçu. Nós vamos acampar aqui em frente com os acadêmicos lá em Ponta Grossa, vamos fazer um acampamento dos estudantes sem professores e isso vai ficar bonito para o governador Roberto Requião e para esse incompetente secretário de Ensino Superior. Vou repetir dez vezes aqui se for preciso: incompetente, porque o secretário que recebe em outubro do ano passado um documento dizendo que vai faltar professor e não se organiza, no mínimo, é incompetente, é desorganizado, não tem assessoria e deveria ter vergonha, pedir a conta e ir para casa, porque não se abre para cuidar do ensino superior do Estado do Paraná.

O Sr. André Vargas

Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Queria ponderar com V. Exa., pois é legítimo que os deputados aqui venham, apresentem os problemas e cobrem soluções. Não é um, não são dois, não são três deputados que se preocupam com o ensino superior e com direito de educação aos nossos jovens.

É preciso dizer que dentre os Estados da Nação, o Paraná é o que mais investe em ensino superior no País e

isso, de fato, implica um ônus. Tenho acompanhado o trabalho do nosso secretário Altair Rizzi, é um secretário que se preocupa com o ensino superior. A avaliação de incompetência é o governador que deve avaliar, exatamente, se ele está dando conta do recado. Eu o reputo como secretário dedicado que por conta da autonomia das universidades...

O SR. JOCELITO CANTO

Aqui não existe!

O Sr. André Vargas

Existe! O secretário tem encontrado em alguns reitores mais do que outros, a vontade de colaborar, pois que falta, sim, professor, mas é preciso passar em revisão aqueles professores universitários que têm dedicação integral e que de fato estejam se dedicando.

Esta Casa aprovou a instalação da CPI da UEPG, exatamente da sua cidade, cidade onde V. Exa. tem base, e poderá também verificar as circunstâncias de trabalho dos professores, a quantidade de horários, se estão se dedicando. O secretário é zeloso pelo seu trabalho; em Londrina há um processo de remanejamento e estamos em um processo de convencimento para que tenhamos um processo seletivo temporário para completar as vagas criadas por esta Casa.

Por isso, pediria a V. Exa. moderação, equilíbrio, serenidade para que possamos, de forma respeitosa e em conjunto, resolver esse problema que de fato é grave.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, deputado André Vargas!

Gostaria de dizer exatamente o mesmo que eu disse. V. Exa. tem que defender o Rizzi, porque é do PT. Eu quero dizer que ele é incompetente e não tem equipe.

O Sr. André Vargas

Ele não é incompetente.

O SR. JOCELITO CANTO

Vou voltar a repetir. É incompetente, porque aqui estão os documentos que ele recebeu no ano passado para regularizar as universidades e não o fez. E só a Universidade de Ponta Grossa tem irregularidade?

Que seja apurado. Esta Casa vai investigar. Agora, os alunos não têm culpa.

Concedo um aparte ao deputado Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Jocelito Canto, eu, como os demais parlamentares aqui, escuto o seu pronunciamento e não tenho nenhuma procuração para defender o secretário Rizzi, mas quero lhe colocar a minha opinião. Conheço o secretário Rizzi, é um professor de extraordinária competência, dirigiu a Universidade Federal do Paraná, teve a condição de prestar um grande trabalho na Universidade Estadual do Paraná, foi delegado quando aceitou o con-

vite do governador Requião para dirigir a Secretaria de Ensino Superior.

Então, gostaria de dizer para V. Exa. que, na minha opinião, o secretário Rizzi é uma pessoa acima de qualquer suspeita do ponto de vista de idoneidade, de honestidade, é um homem de quilate público invejável no Paraná. Agora, problemas com relação à educação do Ensino Superior, nós temos aos montes no Paraná. Com certeza, deputado Jocelito, é o gargalo de qualquer Governo, porque diferentemente de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, da Bahia, nesses outros Estados nós temos cinco ou seis universidades federais e aqui no Paraná o Ensino Superior foi suprido pelo Estado.

Então, há problemas a se resolver! Agora, V. Exa. até pode criticar a atuação da Secretaria do Ensino Superior, mas o secretário não. Na minha opinião, e não tenho procuração para defender o secretário, mas é um homem de conduta ilibada e que merece o nosso respeito.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO

Agradeço o seu aparte e, mais uma vez, reitero: o secretário de Ensino Superior do Paraná é incompetente, porque não resolver o problema, há mais de um ano. Aqui estão os papéis, os documentos da Reitoria de Ponta Grossa, dizendo, no ano passado, que faltariam professores e essa brincadeira tem que acabar. Essa brincadeira no Ensino Superior contra a nossa cidade tem que acabar! Chega de apanharmos quietos! Derrubaram o curso de Medicina, porque o governador não quis fazer. Não é por falta de dinheiro! Dinheiro tem, mas ele não quis fazer e nós calamos. Chega de apanharmos quietos! E aqui estamos vendo os documentos e não tema aula hoje, porque a Secretaria foi incompetente ou o governador está brincando com Ponta Grossa. E chega de brincadeira!

Então, queria deixar este documento aqui, para mostrar à Assembléia e os outros municípios vão sofrer também. Em Maringá, Londrina, Cascavel também vai faltar professores e este Governo vem querer acusar todas as universidades. Sou a favor da CPI, assinei a CPI, estou disposto a investigar. Se tiver erro, que pague o erro quem fez. Mas não se acuse.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Em primeiro lugar, quero reconhecer junto com V. Exa. o problema das universidades no Estado do Paraná. Há falta de professores em algumas universidades no nosso Estado. Sei que V. Exa. é um deputado da cidade de Ponta Grossa, que luta pelas questões de sua cidade e está emocionado com as questões que afligem o seu município. É preciso reconhecer que há problemas de falta de professores.

O secretário tem feito todo um esforço para corrigir isso. Quero fazer um convite a V. Exa. e a todos os deputados, inclusive das universidades que têm falta de professores, para estarem presentes, agora, na próxima segunda-feira, às 8h30min, no anfiteatro do Museu Oscar

Niemeyer, onde o secretário da Ciência e Tecnologia, o Sr. Aldair Rizzi, que tem conhecimento da questão do ensino superior e está fazendo um dos melhores trabalhos do nosso Estado, reorganizando o ensino superior, vai expor os problemas do Estado e as soluções que o governo pretende daqui para frente.

Tenho certeza que o problema de Ponta Grossa, em um breve e curto espaço de tempo estará resolvido. V. Exa. tem razão em fazer as reclamações em relação aos professores. Não há só Ponta Grossa, outras universidades estão com problemas. O secretário levou isso para o núcleo do governo, que está estudando as necessárias medidas, para socorrer as universidades. Em um breve e curto espaço de tempo, o senhor vai ter a regularização da situação no curso, em Ponta Grossa. Quero convidá-lo para que esteja, segunda-feira, às 8h30min., porque o secretário vai estar às 8h00 aqui, no anfiteatro no Museu Oscar Niemeyer expondo o problema do ensino superior para todos os deputados e secretários do governo do Estado.

O SR. JOCELITO CANTO

O que eu digo para os estudantes, que estão sem aula, em Ponta Grossa?

O Sr. Ângelo Vanhoni

O senhor pode dizer o seguinte para os estudantes: que levou esse debate à Assembléia Legislativa e trouxe ao conhecimento dos deputados estaduais, e que há um compromisso da Liderança do Governo, dos deputados que dão apoio ao governo, para que nessa segunda-feira, o senhor, junto com os deputados, estará conversando com o secretário Aldair Rizzi e que em um breve espaço de tempo, essa situação estará resolvida.

O SR. JOCELITO CANTO

Agradeço o seu aparte.

Concedo um aparte à deputada Elza Correia.

A Sra. Elza Correia

Obrigado, companheiro.

Acho que o nosso líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni e também o deputado André Vargas já colocaram com muita precisão as questões relativas ao ensino superior e defenderam o secretário Rizzi. Acho que V. Exa. está cumprindo o seu papel do ponto de vista da crítica. Entretanto, acho muito importante que tenhamos cautela quando fazemos crítica em relação a situações, para não desqualificarmos pessoas. Eu também quero fazer uma defesa da pessoa do secretário Rizzi, da sua integridade, responsabilidade e ética. V. Exa. usou termos que não vou repetir, porque são bastante fortes e que desqualificam o secretário. Portanto, entendo que precisamos tomar esse cuidado, quando fizermos as nossas críticas. O secretário Rizzi é um homem que tem que ser respeitado. Ele tem lutado em relação a muitas questões que V. Exa. levanta.

Outra questão, eu queria dizer que V. Exa. deve saber, porque foi lido hoje, aqui na Assembléia - V. Exa. sabe que o governador Roberto Requião não foi dançar tango na Argentina. Aliás, muita gente pode dançar em função das atitudes do governador Roberto Requião, em relação à moralidade, à ética e à seriedade com que ele tem administrado esse governo. Ele não foi dançar na Argentina. Ele foi a uma missão de empresários paranaenses, junto ao Mercosul, para estabelecer tratativas para a ligação asfáltica, de Capanema, no Paraná a Andressita das províncias de Misiones.

Então, o governador está numa viagem que nós devíamos parabenizá-lo e cumprimentá-lo, porque é uma viagem de trabalho em respeito ao povo do Paraná.

Portanto, companheiro, com todo o carinho e com todo o respeito, apenas acho que podemos e devemos fazer as nossas críticas, mas jamais desqualificar indevidamente pessoas que são sérias e éticas.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, deputada, eu agradeço o seu parte. Eu respeito a deputada Elza, sei que o governador vai numa missão de trabalho, mas sei que o governador também, à noite, vai dançar um tango lá. Ele é um grande saudosista e deve dançar.

O Sr. Valdir Rossoni

Permite-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, quando fala em viagem, nós teríamos que trazer aqui o deputado Nereu Moura para fazer um discurso para a deputada Elza, que ele é avesso a viagem. Não sei como que ele ainda não chamou a atenção do governador que está viajando tanto.

Mas, só para dar a minha participação, e eu não quero nem aqui fazer uma análise da atitude ou da ação do secretário. Não o conheço pessoalmente, mas tenho quase certeza, deputado Jocelito, que ele deve ter levado esta questão ao governador, mas aí o Vanhoni vem aqui e nos convida para a famosa escola do Professor Raimundo para segunda-feira. Não dá. E dizer o seguinte - é muito mais grave a situação da Universidade de Ponta Grossa - primeiro, tem um curso de jornalismo que não vai funcionar este ano, fez vestibular, não tem nenhum professor - tem um curso de enfermagem que tem apenas um professor - não vai funcionar também. Então, não é com reunião na escolinha do Professor Raimundo de segunda-feira que vai ser resolvido.

Eu tenho certeza absoluta que quando o secretário recebeu este documento ele levou para o governador, mas como o governador não é chegado a ouvir os secretários, chega-se nesta situação.

O SR. JOCELITO CANTO

Eu agradeço o seu aparte, deputado Rossoni, e lamento porque não estou falando nada que não seja a verdade. Aqui estão os documentos que eu requeri à

Universidade Estadual de Ponta Grossa em que eu solicitei do Reitor informações, quando é que a Universidade soube que faltariam professores. E os documentos mostram que desde agosto do ano passado aquela Reitoria e as demais reitorias do Paraná anunciavam ao secretário Altair e aí me perdoem eu voltar a falar que eu acho que ele é incompetente, porque se ele cuida de uma pasta que ele tem que respeitar todas as universidades, ele tinha que ter a coragem de chegar no Requião e parece que isso falta um pouco às vezes para alguns secretários e dizer para ele - olha, governador, vai parar a Universidade de Ponta Grossa lá no começo do ano que vem, mas parece que ninguém faz. Aí o Requião leva na brincadeira, parece, porque está aqui - não há nada que vá contra os fatos, está lá parada a Universidade, faltam 180 professores, os alunos estão andando nas ruas, caminhando, metendo o cacete no Requião, estão andando nas ruas, estão dando aula nas ruas, não há o que falar.

A televisão mostrou agora ao meio-dia o que eles estão fazendo. Então, se desde outubro, novembro, agosto se sabia disto, o secretário para mim errou. Deveria ter tomado as providências e não tomou. Então chega de brincadeira com a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Se tem erro lá, deputado Bradock, eu confesso a V. Exa., vamos levantar, não é todo mundo, que deve lá, não. Tem gente que deve e deve pagar, mas tem gente muito boa. E o mais importante, os alunos de Ponta Grossa não merecem isto que estão passando aqui. Ou é incompetência, se a incompetência não é do secretário Rizzi, então eu retiro o que eu falei. A incompetência é do senhor Roberto Requião. Pronto. Se o Rizzi é gente boa, se o Rizzi é nota 10, se ele é magnífico, se ele é gente boa, eu não ataquei a pessoa dele, ataquei a figura do secretário, eu diria, então, a incompetência é do senhor Roberto Requião. É dele a incompetência.

E, deputado Greca, quero mexer com o senhor também - V. Exa. que é um homem de cultura, um homem formado aqui em Curitiba, um homem que governou Curitiba, eu estranho um projeto seu que está na ordem do dia de hoje e eu vou votar a favor, porque eu acho que o seu projeto é maravilhoso. O senhor está pedindo para que em todas as delegacias onde tiver universidades se tenham um professor e acadêmicos para representar as pessoas carentes, as pessoas pobres. O senhor está pedindo para criar. Eu pergunto para o senhor, deputado Greca, eu sou a favor do seu projeto mas se nós não temos nem professor para dar aula como é que vamos ter professor para ir na delegacia atender o povo mais pobre? Se não tem professor, se está faltando professor como é que nós vamos votar isso aqui hoje? Eu quero votar com o senhor mas o partido que o senhor representa, o governador que é do seu partido não manda os professores para o projeto que o senhor quer, deputado Greca.

Então, queria senhor presidente, só para encerrar, pedir ao governador neste requerimento que estou colocando na Casa hoje, nós aprovamos 100 cargos para o Teatro Guaíra, 100 cargos para a cultura, para as danças, nós aprovamos 100 cargos em comissão, isso representa muito mais em dinheiro que os cargos que estão faltando em Ponta Grossa, então que o governador mande, de lá para cá, cargos em comissão para suprir os professores da nossa Universidade. Se tem para balé, se tem para o Teatro Guaíra que tenha também para nossa Universidade de Ponta Grossa!

Concedo o aparte ao deputado Nelson Tureck.

O Sr. Nelson Tureck

Eu queria dizer que por isso que sou favorável a uma CPI nas universidades do Estado do Paraná. É meio milhão por ano. Jocelito, nós estamos no início do ano, eu enfrentei isso também na Faculdade de Campo Mourão e vem de vários anos atrás, no início faltam professores e aí existe, na verdade, uma burocracia que está imperando e não é apenas agora no governo Requião, vem de governos passados. Agora, o que precisamos, na verdade, é apurar, fazer uma CPI porque gastar meio milhão para o terceiro grau e faltar professores: É preciso corrigir as falhas de má administração que faz o que quer com o dinheiro do povo.

Você tem razão de fazer a sua crítica mas neste momento não podemos criticar o governo que aí está porque o governo está fazendo a sua parte, é o início das aulas e isso já vem rolando há 8 anos.

O SR. JOCELITO CANTO

Deputado Tureck, o governo começou no dia 1º de janeiro do ano passado.

O Sr. Nelson Tureck

Mas está estudando, está revendo por isso temos que ter uma nova política para o ensino de 3º grau.

O SR. JOCELITO CANTO

Queria conceder o aparte ao deputado Rafael Greca para não parecer mal educado.

O Sr. Rafael Greca

Deputado Jocelito Canto, queria agradecer o seu aparte e a sua citação ao meu nome e ao meu projeto que obriga a instalação de escritórios modelos de assistência judiciária dos cursos de Direito das universidades públicas estaduais, a manterem plantão criminal segundo critérios que determina nas cidades onde esses cursos existirem e dá outras providências.

O meu projeto se prende a duas preocupações: 1ª a inexistência de defensorias públicas no interior, direito este que implantei nas ruas da cidadania de Curitiba, quando prefeito, pela minha preocupação que o povo tem sede de Justiça e o povo precisa, de acordo com a Constituição Federal, no seu Artigo 5º, ver cumprido o manda-

mento constitucional que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita a quem comprovar não ter recursos.

Bom, quando se faz um projeto de lei pensamos na lei como norma geral de conduta, não pensa na aplicação da Lei em face a deficiências orçamentárias. Agora eu lembro que as universidades são autônomas e a aplicação dos seus orçamentos.

Eu não sei os números da Universidade de Ponta Grossa, até prezava a sua gestão, mas sabia no governo passado, números por exemplo de Universidade de Maringá, 300 mil reais por dia de custo. Da universidade de Londrina, 500 mil reais por dia de custo. Assusta a nação e a sociedade tais custos. Sem retorno para a sociedade imediata.

Isso move o meu projeto, que pelo menos os alunos de Direito aprendam a ser advogados prestando assistência judiciária gratuita, porque assim como os alunos de Medicina aprendem mexendo nos cadáveres, os alunos de Direito aprenderão nas delegacias como nós engenheiros ao meu tempo, nunca aprendemos no campo de trabalho prático. Eu só quando prefeito de Curitiba fui ver fazer uma fossa séptica em casa de pobre em favela, porque só me mostravam as coisas fora da prática, nunca me mostraram na prática na escola da Universidade Federal do Paraná.

Não faz mal nenhum estudantes, professor saírem...

(É retirado o som)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

PL.

(Declina)

PSL.

(Declina)

PPS. Concedo a palavra ao deputado Waldir Leite, antes porém, pela ordem, Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Só para registrar a presença do vereador de Inácio Martins, José Aneri de Lima, e Conselho Municipal de Inácio Martins e o senhor presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

V. Exa. não deixou concluir. Volto no Horário da Liderança para responder ao nosso prefeito de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Concedo a palavra ao deputado Waldir Leite, pelo PPS.

O SR. WALDIR LEITE

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas que se fazem presente e todos que acompanham as sessões da Assembléia Legislativa.

Hoje pela manhã, infelizmente voltamos aqui para falar mais uma vez a respeito do Porto de Paranaguá, já que hoje tivemos a convocação do diretor-técnico daquela autarquia, onde ficou muito mal resolvido, muito mal explicado várias coisas que estão acontecendo no Porto de Paranaguá, seja através de privilégios dados a empresas operadoras. Seja através de contratações irregulares, seja através da falta de dragagem, ou seja, a falta de cuidado que está tendo para a economia paranaense e a economia nacional, podemos dizer assim.

Mas o que nos deixa mais revoltado, quando a gente vê enormes filas em Paranaguá, é que agora mesmo acabei de receber mais uma denúncia que um armazém lá da AGTL com capacidade estática de 66 mil toneladas, por capricho do superintendente do diretor-técnico que esteve aqui hoje, está impossibilitado de operar, ou seja, não está podendo receber carga, tem navio nomeado.

Essas estadias de navios custam de 10 a 20 mil dólares por dia.

Então, quando vejo o deputado Nelson Tureck, as nossas perguntas de hoje naquela Comissão, é uma vergonha mesmo o que está acontecendo no Porto de Paranaguá. E todas aquelas repostas na maioria delas evasivas, que nós escutamos lá hoje, espero que nós agora possamos confrontar com os documentos que vão ser pedidos, para que nós possamos tomar as providências cabíveis, para com esse descaso que é o gerenciamento daquela entidade, daquela Autarquia vem fazendo com a economia paranaense.

Então, quando vejo um armazém como o armazém da AGTL que emprega 100 pessoas que está sujeito a fechar por um capricho do governo do Estado, fico revoltado. Afinal de contas é o governo preferencialmente para os pobres, é o governo de tirar emprego ou governo de tirar emprego de Paranaguá.

Até então tinha restrição do governo federal. Agora a receita federal já liberou o armazém, de cento e sessenta e seis mil toneladas, sessenta e seis podem ser usadas. E agora a administração da APA não deixa essa firma utilizar o armazém.

Então, realmente é uma vergonha o que está acontecendo em Paranaguá e se depender de mim nós vamos averiguar até o fim todas as denúncias que tem sido trazidas a todos os senhores deputados, até porque acredito que hoje tenha sido iniciado um grande passo para a gente desvendar os mistérios que envolvem o Porto de Paranaguá e a sua administração.

Era só isso presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

PTB. Concedo a palavra ao deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Só quero concluir, senhor presidente, porque não deu tempo. Concedi aparte ao deputado Nelson Tureck. Só mais uma vez, para não ficar cansativo, só não queremos mais apanhar em Ponta Grossa, chega de sofrer, chega de levarmos na cara e ficarmos quietos. Acho que temos brio e vergonha na cara, todos nós e os Campos Gerais inteiro. Espero que o governo faça o mesmo que fez com o Teatro Guaíra ou o Teatro Guaíra é mais importante que a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O que é mais importante ou os alunos que estão lá sem aulas neste momento e estão andando pelas ruas. E que nos cobram o que estamos fazendo aqui.

Então, estamos cobrando do governo que resolva isso.

O Sr. Rafael Greca

Só para dizer uma coisa: não tenho dúvidas que o governador Roberto Requião, conhecendo esse requerimento com detalhe, não vai faltar à Universidade de Ponta Grossa, sobretudo no que diz respeito à contratação de professores que substituem professores que encerraram a sua carreira ou que faleceram.

O SR. JOCELITO CANTO

Como é que eu não vou chamar o secretário de incompetente? Ele sabe de tudo isso e não tomou providência, estou com o documento que o próprio Rafael Greca acabou de ler.

Então, senhor presidente, ao encerrar gostaria de dizer: todo dia eu vou cobrar falta cargos nos IML's do Paraná e o povo, quando morre alguém, está passando dificuldade para liberar os corpos. Por favor vamos botar gente para trabalhar nos IML's, porque lá é o lugar de sofrimento das famílias deste Estado. E mais uma vez, eu quero dizer que acredito que o governador, depois que voltar da Argentina, vai resolver isso, porque senão vai ter um acampamento de 100 professores aqui na frente, nós vamos acampar aqui e vamos fazer a maior baderna em frente ao palácio.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado ao PP; ao PFL. Deputado Plauto Miró Guimarães, com a palavra.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhores deputados, deputado Jocelito. Quero aqui apoiar o seu pronunciamento porque é uma vergonha o que está acontecendo no ensino superior do Estado do Paraná; não podemos aceitar a Universidade Estadual de Ponta Grossa com falta de 181 professores. E quando querem defender o secretário, eu ouvi alguns deputados colocando, não tem por que, o secretário sabe da necessidade dos professores desde o mês de agosto de 2003, marcou o teste seletivo para o começo do mês de fevereiro, chegou na hora, cancelou o teste seletivo e deixou a nossa Universidade numa situ-

ação delicada, aonde os alunos estão nas ruas cobrando do Governo do Estado uma solução imediata; e pior, da forma como caminha, vamos ver esses alunos, que por sinal aprenderam com o PT e com PMDB, alunos acampados aqui na praça do Centro Cívico para alertar o governador e mostrar que ele não está com a razão; para acordar o secretário que é incompetente sim, porque um secretário tem obrigação de escalonar os professores das universidades, e quando falam que as universidades gastam muito têm que avaliar se gastam muito ou não.

Sabe por que diminuiu o número dos professores? Porque o PT e o Congresso Nacional aprovaram a reforma da Previdência e com a reforma da Previdência dezenas e dezenas de professores se aposentaram, e com isso faltou professor, é lógico, e a solução não vem. Eu não posso aceitar isso que está acontecendo na UEPG, deputada Elza, deputado André Vargas, amanhã vai ser em Londrina porque lá também tem falta de professores; deputada Cida Borghetti amanhã vai ser em Maringá, Cascavel, Guarapuava, Unioeste, enfim, todas as universidades estaduais, porque o governador não quer mais contratar, é uma decisão pessoal dele, ele não quer mais contratar porque alega que as universidades gastam demais.

Acorda governador! Os professores se aposentaram, alguns morreram, e como é que ficam as universidades? É uma vergonha, tem sim que o secretário vir aqui na Assembléia prestar contas da sua incompetência porque o problema ele não resolve.

O Sr. Antonio Anibelli

V. Exa. concede-me um aparte?

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Só um minuto. O problema ele não resolve, ele empurra com a barriga e a situação está toda armada. E nós defendemos Ponta Grossa sim, defendemos o Paraná, defendemos a UEPG e as demais universidades estaduais. Não aceitamos a incompetência do governo demonstrada no ensino superior.

Obrigado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

V. Exa. não me permitiu.

Eu gostaria de dizer ao deputado Plauto porque pedi o aparte, ele concedeu e se afastou da tribuna. Vergonha deputado Plauto, é a Assembléia Legislativa ter que pedir uma CPI para apurar os desmandos da Universidade de Ponta Grossa, e V. Exa. assinou, o deputado Braddock e eu assinamos, o desmando não é em 365 dias do governo Requião, se existe corrupção na universidade e é causa de uma CPI é desmando que vem ocorrendo há muitos anos e V. Exa. vai apurar.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

Nós somos a favor da CPI em todas as universidades estaduais porque todas elas...

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Com a palavra, deputado Valdir Rossoni, pelo PSDB.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

O que me traz à tribuna no dia de hoje, é um rol de preocupações que temos que está acontecendo a nível de Paraná. Enquanto o nosso governador vai a Paris, vai a Buenos Aires, aqui “pipocam” algumas questões que têm que ser esclarecidas. A questão da Universidade de Ponta Grossa, e aí vem uma questão que nós temos que refletir, eu lembro muito bem quando muitos aqui defendiam a autonomia das universidades, e muitas vezes eu me posicionei contrário, porque a autonomia é perigosa. Por que é perigosa? Porque ela merece uma fiscalização mais firme. Está aí o presidente da República, Lula, querendo um controle do Judiciário. Ora, proporcionalmente, se formos analisar é isso que temos que fazer nas universidades. Por que temos uma Secretaria que cuida disso? Por que tanta autonomia aos reitores? Está aí, segundo o que estamos sabendo, tem reitor criando cargo dentro das universidades. Para que serve esta Casa? Esta Casa é que faz leis, aqui é que se aprova, não é um reitor que pode fazer isso. Mas, isso eu falava há seis anos atrás, e agora esta Assembléia tem que tomar medidas punitivas para que as universidades se enquadrem dentro da realidade financeira. É importante deixar isso claro, porque muitas vezes eu fui vaidado nesta tribuna por defender esta minha posição, e hoje estamos vendo que lá atrás, no ímpeto de agradar os acadêmicos, os professores, cometemos esse erro. Porque certamente se o secretário tivesse mais força de fiscalização junto às universidades não estaria acontecendo isso e não precisaria de CPI.

Mas o que me preocupa mesmo, vou citar alguns fatos que merecem a atenção do líder do Governo e acredito que ele tenha que vir dar explicações.

Primeiro: hoje, ouvindo a CBN, ouvi que um alto funcionário da Secretaria dos Transportes exigiu propina para liberar recursos para uma obra na Secretaria dos Transportes. O senhor que recebeu essa propina e exigiu essa propina é o presidente do PMDB, em Cascavel. Isso já é público e não foi demitido pelo governador. O governador que volte da Argentina e demita, porque ele disse daquela tribuna que seria intransigente com a corrupção e eu acredito nisso; acredito porque já demorou. Porque um caso desse de receber “chequinho” para pagar a obra, já deveria ter sido mandado embora.

Outro fato aconteceu no 4º andar, ontem, no Palácio Iguaçu. O “braço do cachoeira”. Para quem não lembra, o “braço do cachoeira” é o amigo do Valdomiro. Ontem, o homem pediu demissão, lá, no 4º andar. O cidadão que recebeu o “cachoeira” lá no 4º andar, para discutir as questões dos bingos, para discutir as questões das loterias. Parece que de vergonha pediu demissão.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Poderia revelar o nome? Ontem disseram que era um homem que usava terno italiano, sapato italiano. Hoje, V. Exa. diz que é do 4º andar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, gostaria que o senhor me descontasse o tempo.

Outra questão: vejo aqui o representante de Paranaguá pela segunda vez colocando questões seriíssimas do porto de Paranaguá. Não podemos esquecer que quem está comandando o porto de Paranaguá é o irmão do governador. Nada contra o irmão do governador; eu também se fosse nomear um secretário de Estado ou um superintendente, se fosse governador, acreditaria cegamente no meu irmão. Mas, acredito que o governador Requião numa rápida viagem para o porto de Paranaguá, ele vai ver o que está acontecendo lá. É muita denúncia em cima de um setor só do Governo.

Digo para vocês, eu sou exportador, o porto de Paranaguá não funciona, estamos levando a nossa mercadoria para exportar pelo porto de Itajaí, pelo porto de São Francisco. Algo está errado lá, e eu concordo com o que disse o deputado de Paranaguá.

A última situação: a Secretaria da Comunicação. Fizeram aí uma vasta distribuição de recursos para os órgãos de imprensa do Paraná. Para os senhores terem uma idéia, a CBN, que eu acho uma das rádios mais ouvidas do Paraná, recebeu em torno de 8 mil reais. E duas rádios que não têm 1% da audiência da CBN, uma recebeu 180 e a outra recebeu 130. Enfim, quase meio milhão de reais para duas rádios, que não menosprezando a sua audiência, mas são insignificantes perto da CBN.

Ontem, o secretário teve a coragem de mandar pelo deputado Natálio Stica, a explicação.

A explicação, segunda-feira eu vou trazer aqui, porque não recebi ainda da Mesa Executiva. Mas o que disse o secretário nas suas explicações, é na verdade uma vergonha, ele escreveu e não disse nada. Ele poderia ser considerado o "Rolando Lero", da televisão.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado ao PDT, deputado Augustinho Zucchi com a palavra.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, queridos professores, profissionais de ensino superior que encontram-se nesta Sessão.

Senhor presidente, rogo a Deus e espero, com toda sinceridade, que esta Comissão de Fiscalização, presidida pelo deputado Neivo Beraldin, possa esclarecer, evidenciar, nos dar uma resposta sobre as questões do porto de Paranaguá.

Por duas vezes o deputado Waldir Leite em seus pronunciamentos falou do porto, ele é de Paranaguá e, por isso, além de respeitar, temos que levar em consideração, porque muita coisa se fala a respeito dessa questão.

Então, espero que essa Comissão de Fiscalização que está tratando desse assunto possa esclarecer isso para a população do Paraná.

O Sr. Waldir Leite

Deputado, concede-me um aparte?

(Assentimento)

A verdade é que por mais que eu faça parte da bancada de apoio ao governador Requião e faça isso com bastante convicção por saber que o pensamento é de governar o Paraná de maneira séria, mas não posso me calar, fechar os olhos diante das imoralidades, da sem-vergonhice que está acontecendo em Paranaguá. Seja quem for que esteja administrando o porto, seja irmão, seja primo, seja cunhado, mas onde tiver algo errado, sempre subirei a essa tribuna para denunciar, até porque não é só Paranaguá que sofre, é a economia do Estado, é a economia nacional que sofre grandes prejuízos por causa dos desmandos no porto de Paranaguá. Então, toda vez que tiver alguma coisa e não for resolvido, todo dia iremos à tribuna para falar do porto de Paranaguá.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

V. Exa. fique tranqüilo, deputado Waldir Leite, pois está prestando um serviço ao governador Requião. Este, quando esteve aqui, no início do seu Governo, disse de viva voz e com muita determinação, que a sua convivência com qualquer tipo de corrupção é nula. Então, tenho certeza absoluta que esse posicionamento de V. Exa. interessa e muito para o governador Requião.

Quero falar do projeto de lei de nossa autoria, que está na pauta de hoje e que altera as normas ou um percentual, pelo menos, da aplicação do Fundo Paraná. O Fundo Paraná é um Fundo estabelecido por lei própria, a Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 98, que determina que 2% da arrecadação tributária do Estado seja colocado num Fundo para que possa ser aplicado em projetos estratégicos para o desenvolvimento do Estado. Estou colocando numa parte de um artigo desse Fundo, onde diz que 50% seria para projetos estratégicos para entidades que sejam aprovadas e definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia, que possamos aplicar 25% desses recursos em pesquisa agropecuária florestal, produção de energia a partir da biomassa, recuperação de reservas permanentes, as famosas matas ciliares e também outros projetos estratégicos, pois acho isso importante para o desenvolvimento do nosso Estado e para alavancar a nossa agricultura que responde por grande parte, hoje, da nossa produção.

Pois bem, eu pediria o apoio de todos os senhores deputados para esse projeto e gostaria de também fazer uma referência ao plano de carreira dos nossos professores. Houve uma época, aqui na Assembléia, que eu, especialmente, ocupava toda quarta-feira, Pela Ordem, quando não desta tribuna, para solicitar o tal do Plano de Carreiras. Bom, esse plano demorou, foi estudado, revisto, no final do ano era para ter sido encaminhado,

não foi, o aumento era para ser maior, depois acabou se estabelecendo um aumento menor, mas enfim, o que nos interessa de tudo isso, e acho que é uma tranquilidade para todos os Parlamentares desta Casa, é que o Plano foi discutido com os nossos professores. O Plano foi discutido com o conjunto de servidores da Educação do Paraná e, portanto, terá com certeza absoluta o apoio de todos os parlamentares.

Aliás, quero fazer uma referência ao deputado Hermas Brandão, que como presidente, junto com a Liderança do Governo e com todos os deputados da Casa, está fazendo um esforço para que possamos, o mais rápido possível, aprovar esse projeto aqui. De tal forma que contem os nossos professores com o nosso apoio e com a determinação de todos os parlamentares para ver aprovado este, que é um sonho dos mestres da Educação do Paraná e de todo o conjunto da nossa Educação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No Horário da Liderança do PT, fará uso da palavra o deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Quero cumprimentar os colegas deputados e deputadas, ao Plenário e aos professores que estão aqui presentes hoje.

Primeiramente, quero colocar algumas coisas em cima do que o deputado Jocelito colocou a respeito das universidades. Estive em uma reunião com a UNC e senti as dificuldades que as universidades estão tendo em ter professores suficientes neste momento. E analisando a história como um todo, o que percebemos é que o Governo anterior, o governador Jaime Lerner, de forma irresponsável abriu uma série de novos cursos por aí afora no Paraná e, principalmente, no final do ano de 2002. E na UNC de Irati, o Curso de Educação Física, de Fono e de Fisioterapia foram abertos no final do ano de 2002 e são exatamente esses cursos que não têm professor, porque no ano de 2003 foi possível tocar com o corpo docente que se tinha, porque algumas disciplinas são básicas. Isso foi uma grande irresponsabilidade que ocorreu!

O Paraná gasta quinhentos milhões com o ensino superior, enquanto que o Rio Grande do Sul gasta trinta milhões. Onde está a responsabilidade do Estado, se não é o ensino médio?

Estão aí os professores, que são testemunhas de oito anos na espera de um reajuste e com dificuldades de transporte escolar, que se falou tanto. Fui prefeito durante quatro anos no governo Lerner e não recebi um centavo de transporte escolar do governador Jaime Lerner. Aí sim está a incompetência! E acho que o Governo também errou no sentido que talvez tivesse que fazer, realmente, o teste seletivo agora e, passo a passo, ir corrigindo isso e não parar neste momento. Mas, nós estamos conversando com o governador, os deputados do Bloco do Governo têm essa preocupação.

Quero também falar ao deputado Rossoni, que faz o seu papel de Oposição, que hoje disparou na rádio em União da Vitória, dizendo que se gastou mais com helicóptero sobrevoando a cidade do que ajuda que o município teve. Quero lembrar o deputado Rossoni que quando fui prefeito em União da Vitória, peguei cinco enchentes no tempo do governador Jaime Lerner, isso com dificuldades enormes, com abrigos e tudo mais. E eu apenas tive uma tímida ajuda para comprar algumas lonas para distribuir às pessoas mais carentes. Apenas isso! E o governador em exercício, Orlando Pessuti, foi a União da Vitória logo em seguida o fato ter acontecido, liberou cento e cinquenta mil reais em chapas de eternit, colocou à disposição toda a infra-estrutura da Casa Civil e o que ocorre é que os dados da Defesa Civil de União da Vitória com os dados da Defesa Civil de Curitiba não estão batendo e o governador me disse pessoalmente: se precisar duzentas mil, trezentas mil para atender o público pobre, nós vamos atender. O que o Governo não quer é que haja, de repente, utilização disso para outras formas que não sejam atender realmente a população carente.

Quero, para finalizar, dizer aos professores que aqui estão e falar em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, a qual pertenço, que nós fomos solidários ao longo desse período de oito anos de luta e acompanhamos as dificuldades. Ontem conversando com alguns professores da minha região, o pessoal dizia que ainda viriam mais alguns professores, da nossa região Sul, porque hoje era uma data histórica para os professores do Estado do Paraná. Nós nos solidarizamos com essa luta de oito anos. Hoje vemos a partir do governo do Estado, do bloco do governo, esse sonho ser implementado, de ter o plano de cargos, salários e vencimentos aprovado, pela Assembleia Legislativa, por iniciativa do nosso governo do Estado. São muitas as lutas, desde o concurso público que o governador Jaime Lerner acabou terceirizando para a Paranaeducação. Com o concurso público o nosso grupo aumentou. Com o concurso a força que APP terá, será muito mais com certeza.

Quero parabenizar, em nome da Bancada, o trabalho da APP - Sindicato.

(Aplausos)

Tem um poema que diz assim: “A luta de classe, que dizem que não mais existe, mas quem faz, resiste e procura vencer. Por mais que se queiram transformar em nada, saibam que a História é como a madrugada, é só quem acorda cedo, que faz o amanhecer.” Vocês fizeram a história, porque no governo passado não se conseguiu. Parabéns à luta! Eu gostaria que todas as classes deste País tivessem a força e a organização que têm a APP - Sindicato.

Parabéns!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Horário destinado ao PMDB. Usará da palavra o seu líder, deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Hoje as galerias lotadas com os nossos queridos professores, é um orgulho recebê-los nesta Casa.

Chegando ao ponto culminante depois de um grande entendimento, através da APP, do nosso secretário Maurício Requião, com os deputados da Situação e os deputados da Oposição. Esta Casa, hoje, transmite o seu pulmão, o seu coração e o seu amor aos nossos queridos professores. Assim valorizamos a tribuna a esta Casa. Como é feio vermos as roupas sujas serem lavadas, diante de tantos professores que vieram de tão longe, em um dia feliz e alegre, para ver o seu plano aprovado.

Os desacertos da Faculdade de Ponta Grossa, a viagem a Paris, que o deputado Rossoni se referiu do governador Requião - ele não foi lavar dinheiro. Ele foi recebido na Bélgica, na Alemanha, tentar reverter à venda maléfica da Copel, com contratos, que pouca gente teve vantagem e o povo paranaense teve desvantagem. O governador foi a Paris resgatar a dignidade da Copel e do nosso povo. Ele não foi lá passear, como o Jaime Lerner, que foi 60 vezes ao exterior e deixou este Estado em petição de miséria.

Deputado Rossoni, claro que a viagem a Buenos Aires é a política do Mercosul, talvez, para valorizar - o senhor que é exportador do Paraná, que às vezes usa o Porto de São Francisco de Itajaí, mas que usou, tenho certeza, muito tempo o porto de Paranaguá. Este porto que o governador, com a sua austeridades, dignidade e prestígio, em nível nacional, suspendeu uma concorrência feita no governo Fernando Henrique Cardoso e pelo governador Jaime Lerner, em mais de 300 milhões, em que ele vai construir a ampliação do cais Oeste, por 120 milhões. Esse é o governador que vai a Paris, ou vai a Buenos Aires resgatar a dignidade desse Estado. Esse estado que é líder. Está aí o governador pulando na frente, no caso dos bingos, resgatando a dignidade do povo. O presidente Lula em boa hora, talvez, teve ainda a lucidez de por uma medida provisória suspenso o bingo, deixando coitados de muitos funcionários, que estão batendo às assembleias. Serão bem-vindos a nossa.

Funcionários com carteiras assinadas, para vir defender o seu emprego.

Muita gente, hoje, é um dia de orgulho para o PMDB, para a base aliada, para os deputados tanto da Oposição, como da Situação. Nós estamos resgatando a dignidade do professor, valorizando o ensino no Paraná, vocês, professores que foram abandonados durante todos os oito anos do infeliz governo Jaime Lerner.

Nós, aqui, professores, estamos resgatando, ao lado de todos os 54 deputados, resgatando aquele tempo perdido e pulando para frente, andando, olhando para os

nossos filhos para o amanhã, para que o Brasil seja muito melhor para podermos valorizar o professor e fazer este Estado e este país mais feliz, com educação correta e os professores muito bem pagos.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu fui citado pelo deputado Anibelli, apenas para esclarecer, eu quando citei ali que o governador foi a Paris, eu não sou contra o governador viajar. Eu acho que quanto mais o governador viaja, mais benefício traz ao povo paranaense e ao Brasil. Eu não sou contra. E quando eu disse que o governador foi a Paris jamais citei que foi para lavar dinheiro. Eu sei que tem uma história de lavagem de dinheiro do governador Requião, mas não de agora.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

É do Jaime Lerner, deve ser...

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Horário destinado à Liderança do Governo. Com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, tanto a liderança do Governo, acho que em acordo com a liderança da Oposição, nós vamos abrir mão do uso da palavra e vamos usar o nosso espaço para o encaminhamento do principal projeto que está tramitando na Assembleia Legislativa que é o Plano de Cargos e Salários dos professores do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa OF/CTL/CC nº 027/2004, subscrito pelo governador do Estado, constante do expediente, comunicando que se ausentará do País, no período de 03 a 06 do corrente mês, com destino à Argentina, a fim de participar de missão de empresários paranaenses (Missão Paraná), junto ao Mercosul, assim como estabelecer tratativas visando, ligação asfáltica entre Capanema (Paraná) e Adresito na Província de Misiones. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Indicação nº 006/2004, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, sugerindo a criação de cargos de ouvidor geral junto à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, para a lotação nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 148, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessões, Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 147, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 04/03/2004, para logo após o término da presente Sessão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Conforme entendimento das lideranças da Situação e Oposição terá só um membro da Situação encaminhando, por dez minutos, que poderá ser dividido entre dois parlamentares, mas o tempo é dez minutos, e dez minutos para a liderança da Oposição que também poderá dividir o seu tempo. O entendimento foi feito entre os líderes.

Então, peço que haja respeito dos demais deputados, face o acordo entre as lideranças.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede de Educação Básica do Paraná, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E EMENDAS DA CECE. EMENDAS DE PLÊNARIO - COM PARECER DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDAS DE PLÊNARIO AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2004

P A R E C E R :

Oriundo de Mensagem Governamental nº 004/2004 o Projeto de Lei Complementar nº 003/2004 dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

O projeto de lei em pauta recebeu 16 emendas em Plenário, das quais emitimos os seguinte parecer:

Das Emendas apresentadas em Plenário e acolhidas:

- Emenda 02 - Comissão de Educação

Acrescenta novo inciso ao artigo 27.

Art. 27 - Serão concedidas gratificações proporcionais à jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com as condições especificadas a seguinte:

I - gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na carreira, ao professor, segundo a carga horária, para o exercício no período noturno, compreendido a partir das 18 (dezoito) horas;

II - gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na carreira, ao professor com habilitação específica na área de Educação Especial, quando no exercício de docência e atendimento pedagógico especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

III - gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento inicial da carreira de professor, correspondente ao Nível I, Classe I, para o exercício da função de diretor de Estabelecimento de Ensino.

Parágrafo Único - O professor em exercício da função de diretor auxiliar de Estabelecimento de Ensino perceberá gratificação equivalentes a 90% (noventa por cento) da gratificação percebida pelo professor em exercício da função de diretor.

- Emenda 06 - Liderança do Governo - ACOLHIDA PARCIAL

Modifica o parágrafo único do artigo 32:

“Parágrafo único - Os professores em exercício nos Estabelecimentos de Ensino terão direito, além das férias previstas em *caput* deste artigo, a um recesso remunerado de 30 (trinta) dias, condicionado ao cumprimento do calendário escolar, composto de 200 (duzentos) dias letivos e 10 (dez) dias destinados a atividades de formação continuada”.

- Emenda 12 - Liderança das Oposições e outros - ACOLHIDA PARCIAL - e acrescentaram-se os artigos revogados.

Retirou-se a expressão “revogadas as disposições em contrário”

Art. 46 - O Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei, revogando-se os artigos 10, 11, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 56, 61, 72, 76, da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976, a Lei Complementar nº 13, de 23 de dezembro de 1981, o artigo 1º da Lei Complementar, nº 16, de 08 de julho de 1982, a Lei Complementar nº 31, de 11 de dezembro de 1986, o artigo 1º, da Lei Complementar nº 33, de 11 de dezembro de 1986, e o *caput* do artigo 1º, da Lei Complementar nº 34 de 11 de dezembro de 1986.

- Emenda 13 - Liderança das Oposições e outros - Modificou a redação, corrigindo-a conforme a Lei Complementar n° 07 - Estatuto do Magistério, substituindo-se o termo "administração" por "pesquisa".

Aproveitamos neste Substitutivo Geral, ainda, alguma das Emendas da Comissão de Educação aprovadas naquela Comissão.

Das demais emendas apresentadas em Plenário, algumas foram rejeitadas e outras restaram prejudicadas, por já terem sido acolhidas anteriormente:

REJEITADAS:

Emenda n° 1, do Plenário, deputado Elio Rusch. A alteração da redação do parágrafo 4° do artigo 5° implica a possibilidade de professores sem graduação em pedagogia, apenas com curso de 360 horas, exercer atividade pedagógica. Ao contrário, o que se pretende é garantir qualidade no atendimento pedagógico, mediante a nomeação, por concurso público, de profissionais graduados em pedagogia.

Emenda n° 03, deputado Tadeu Veneri. As férias do professor, sobre as quais ele recebe hoje o terço de férias, é de 30 dias. No entanto, o professor tem direito, além das férias, a um recesso, correspondente a mais 30 dias. Tal recesso apenas deverá respeitar, de acordo com o calendário de cada ano, os 200 dias letivos, conforme determinado pela LDB, e 10 dias destinados aos trabalhos pedagógicos, como planejamento escolar, visando aprimorar a qualidade da educação.

Emenda n° 5, deputado Neivo Beraldin. A aplicação do incremento salarial retroativo a janeiro é inviável, sob o ponto de vista financeiro e orçamentário do Estado, conforme cálculos apresentados pela Sefa, sob pena de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, a implementação no plano retroativamente a fevereiro de 2004 foi o que foi acordado entre governo e Sindicato dos Professores

Emenda n° 7, deputado Durval Amaral, pelos mesmos motivos da rejeição da emenda n° 03, do deputado Tadeu Veneri.

Emenda n° 08, deputado Durval Amaral - A proposta de inserção de novo artigo prevendo a instituição de data-base, no dia 1° de fevereiro, para reposição anual das perdas salariais dos professores, não deve ser tratada no presente Plano de Carreira, sob pena de tratamento antiisonômico em detrimento das demais carreiras de funcionários públicos do Estado, que não seriam igualmente contemplados pela mesma regra. Com efeito, a instituição de data-base para reposição anual de perdas salariais, deve ser objeto de estudo pela Secretaria de Estado da Fazenda, para eventual aplicação extensiva a todo o funcionalismo público estadual, mediante alteração da Lei n° 6.174/70, e não do Estatuto do Magistério.

Emenda n° 09 - deputado Durval Amaral - Rejeitada pelos mesmos motivos da Emenda n° 05 - deputado Neivo Beraldin.

Emenda n° 14 - deputado Elton Welter - Rejeitada pelos mesmos motivos da Emenda 03 - deputado Tadeu Veneri.

Emenda n° 16, deputado Reni Pereira, uma vez que o conteúdo do dispositivo está contemplado no artigo 11, parágrafo 1°, do presente Plano de Carreira.

As emendas n° 04, 10, 11 e 15 restaram prejudicadas por terem sido acolhidas através das Emendas n° 02 de Plenário, e através da Comissão de Educação Emendas n°s 04 e 07 no Substitutivo Geral.

Sala das Comissões, em 03.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoioamento:

Jocelito Canto, Delegado Bradock, Elza Correia, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, José Maria Ferreira, Durval Amaral e Tadeu Veneri.

Está em votação o Substitutivo. Para encaminhar, com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

É com uma satisfação muito grande que hoje nós, aqui na Assembléia Legislativa, acredito que falo em nome de todos os deputados, que o governador Requião, através de seu secretário, Maurício Requião, prestamos uma homenagem, uma homenagem à APP, essa brava entidade que defende a educação pública e gratuita no Estado do Paraná, que defende os direitos e a dignidade dos mestres, dos professores, há muitos anos no nosso Estado e que fruto desse trabalho da APP com a Secretaria da Educação foi enviado para esta Casa de Lei, depois de muitos anos de aguardo, de expectativa, de ansiedade, um projeto que trata da vida dos professores e funcionários da Educação na nossa sociedade.

Os problemas do Brasil são enormes, os problemas da nossa cidade de Curitiba são muito grandes, os problemas do Paraná igualmente são imensos. Eu tenho uma convicção que nós vamos resolver os problemas da humanidade, do nosso Estado, da nossa cidade, da nossa Curitiba, sobretudo com duas questões. Em primeiro lugar, se construirmos uma sociedade democrática onde as pessoas possam participar, cada vez mais, dos destinos, da vida coletiva de nossa gente. Mas para que isso aconteça, para que se construa uma sociedade democrática nós, seres humanos, precisamos de uma coisa fundamental, nós precisamos de conhecimento; e nós só vamos adquirir conhecimento, nós só vamos nos constituir enquanto cidadão, enquanto indivíduos, só vamos exercer a nossa razão se tivermos informação e aprendermos a desenvolver a nossa capacidade racional de trabalhar nossas informações, de fazer a leitura crítica do que está acontecendo na realidade, de transformar a realidade para que a realidade possa beneficiar os seres humanos. E isso nós só vamos fazer se tivermos um processo educacional de alta qualidade na nossa sociedade.

O Brasil precisa mudar muito, mas o Brasil só vai mudar quando entendermos que a prioridade número um para que um povo possa se constituir como um povo digno e decente tenha como prioridade a Educação.

Este passo que estamos dando hoje é um passo pequeno, não é o passo definitivo, é um passo pequeno, é tratar daquilo que a nosso ver é relação fundamental, não há como substituir, nem o avanço da tecnologia, dos computadores, nem a Internet vai substituir aquilo que no meu ponto de vista é fundamental, na Educação, que é a relação entre o professor e o aluno. O aluno fundamentalmente, porque é ele que é o endereçário, é ele que vai receber toda carga do conhecimento e de valores porque nós mudamos a realidade quando mudamos o indivíduo. Para mudar o indivíduo, precisamos construir valores dentro do coração e dentro da cabeça das pessoas. É esse o processo civilizatório. O governador Roberto Requião e o secretário de Estado, Maurício Requião, entendem que uma das primeiras atitudes a fazer para que melhore a educação no Estado do Paraná é trazer melhores condições para que os mestres possam aperfeiçoar o processo de aprendizagem das nossas crianças, é valorizando o magistério, aprovando, neste primeiro momento, o plano de cargos e salários que garantem um pouco de uma vida melhor para nossos professores.

Esta profissão, em alguns lugares do mundo, na Europa, em outros lugares, sobretudo num lugar chamado Japão, eu já falei isso outras vezes, nunca é ruim lembrarmos, no Japão, uma sociedade diferente da nossa, sociedade oriental, temos lá uma cultura, apesar de ser hoje uma sociedade democrática, mas temos lá uma cultura do império, tem uma cultura de outra religião, de outra visão de mundo, de outra visão da relação das pessoas entre elas. E tem o imperador, e se ele sair na rua, se ele andar pela cidade de Tóquio, ou se ele tiver andando pelo palácio, pelos jardins do palácio, tem uma única pessoa da sociedade onde o imperador, ao se defrontar com essa pessoa e saber que ela tem essa profissão, é ele que faz o gesto reverencial de se curvar como cumprimento diante da dignidade de tal pessoa em função da profissão que exerce, que é o professor. Todas as outras pessoas e as outras profissões se curvam num ato reverencial ao imperador, faz parte da sua cultura. Então, lá o professor merece o respeito e a consideração do gesto simbólico até do imperador, é a única profissão que o imperador se curva para cumprimentar. Por quê? Porque sabe que a vida vai mudar, para nós seres humanos, através do conhecimento; e quem transmite conhecimento são os mestres para formar as novas gerações, para formar o novo mundo, para formar o novo homem e a nova mulher.

Vocês professores estão de parabéns! Hoje vamos aprovar o substitutivo, aqui na Assembleia Legislativa. Esse substitutivo não é fruto apenas dos deputados que dão sustentação ao Governo Roberto Requião, ao Governo do PMDB, ao Governo do secretário da Educação, Maurício Requião. Esse substitutivo é o substitutivo que

contou com a colaboração de emendas da Oposição, do deputado Valdir Rossoni, do deputado Durval Amaral, dos deputados que são dos Partidos Independentes, da Comissão de Educação e dos deputados que apóiam o Governo do Estado. Várias reuniões foram feitas no meu gabinete, juntamente com técnicos da Secretaria da Educação, com a APP e que redundou neste belo projeto. Tem coisas que precisam ser melhoradas? Acho que tem. É preciso melhorar muito ainda a educação do Estado do Paraná? Acho que é preciso. Mas vocês podem ter certeza, nesses próximos três anos do nosso Governo, vamos fazer coisas como nunca foram feitas nos últimos trinta anos aqui no Estado do Paraná.

Passo o resto do nosso tempo ao deputado do meu Partido, Tadeu Veneri, que é o presidente da Comissão de Educação para também fazer algumas considerações sobre essa grande vitória que vamos aprovar hoje, que não vai melhorar a vida dos professores do Estado do Paraná, vai melhorar o futuro das crianças do Estado do Paraná, porque é a Educação que está sendo valorizada neste Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme entendimento das lideranças, o deputado Tadeu Veneri terá a complementação dos 10 minutos, ou seja, 2 minutos e 45 segundos.

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Agradeço ao líder do Governo e a todos os deputados e deputadas, deputado Barbosa Neto, deputada Cida Borghetti, deputado Nelson Tureck, deputado Rafael Greca, deputada Elza Correia, que sempre esteve conosco. Porque acredito que o que estamos fazendo hoje é muito do que os companheiros de Educação fazem todos os dias de suas vidas. Na verdade, o professor Lemos e os demais membros da APP estão aqui, e nos ensinam como Paulo Freire, que ninguém ensina sozinho e ninguém aprende sozinho. Todos somos, ao mesmo tempo, mestres e aprendizes.

Acho que o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, como falou o líder do Governo, se não atinge 100%, certamente ele vem ao encontro de muito mais do que nós tínhamos. E este resultado, é o resultado do esforço de todos. É o resultado de muitas noites sem sono que foram passadas pelos deputados, pelos professores, pelos secretários. E o deputado Durval Amaral, que hoje conversávamos que das emendas apresentadas pela Oposição, muitas delas são as mesmas que a Situação apresentou. Entendo que esse não é um projeto de apenas um grupo de deputados; é um projeto de todos os deputados que souberam ter a sensibilidade de ouvir a APP, mas principalmente porque a APP teve a sensibilidade para organizar a sua luta e para saber que quando a luta é organizada, ela consegue sucesso. Então, desse sucesso que temos hoje e que está para ser votado é o sucesso da luta.,

do empenho e da dedicação de todos os professores e de todos nós. Obrigado, senhor presidente e parabéns a todos que souberam chegar aqui. Espero que consigamos muito mais do que isso, mas que esse seja um belo início.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o senhor deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor Presidente, senhores deputados.

Inicialmente quero cumprimentar, saudar e parabenizar todos os professores aqui presentes, muito especialmente na pessoa do professor Lemos, que com grande competência junto com a sua diretoria, teve a sensibilidade e a capacidade política de conduzir os trabalhos que redundaram finalmente na aprovação desse Plano de Cargos e Salários. Quero cumprimentar também e parabenizar o deputado Tadeu e toda a Comissão de Educação, pela forma competente que soube conduzir os trabalhos à frente da Comissão, possibilitando que o Governo tivesse sensibilidade demonstrada nesse grande momento pelo deputado Ângelo Vanhoni, que é o líder do Governo nesta Casa. Cumprimentar o deputado Ângelo Vanhoni, porque teve, apesar da maioria tranqüila, que poderia com certeza não aprovar e não acolher nenhuma emenda da Oposição, teve o deputado Ângelo Vanhoni, os deputados da base do Governo e a Comissão de Educação que tiveram a sensibilidade de deixar o ímpeto do rolo compressor ser vencido pela razão.

A razão, efetivamente, traduz o sonho dos professores do Estado do Paraná em emendas contempladas nesse Plano de Cargos e Salários. Agradecer muito especialmente aos nossos deputados da Oposição que subscreveram as emendas que foram acolhidas. Os deputados Plauto Miró, Ribas Carli, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni e Ademar Traiano, que confiaram na nossa competente equipe da Liderança da Oposição na apresentação das emendas e deram a sustentação necessária. E por fim dizer que fico extremamente feliz quando vejo que esse projeto é um projeto de todos, de todos os professores e professoras do Paraná. É um projeto da APP, é o projeto que reúne, de uma maneira praticamente unânime, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para fortalecer uma classe, que é com toda certeza, o mais importante quadro que temos entre os servidores públicos do Estado do Paraná, sem demérito a nenhum outro. Mas nele confiamos a educação das nossas crianças e o futuro dos nossos jovens, que aliás, sem uma boa educação não há que se pensar em futuro, porque ele se constrói todos os dias em nossas salas de aula.

Mas uma atenção especial foi dada à educação especial, aos nossos professores das APAE's. Logo quando nos primeiros momentos quando analisávamos, a Oposição, e tenho certeza a Comissão de Educação, a proposta do Governo, chegamos à conclusão que ela con-

tinha uma tremenda injustiça, pois no artigo 39 assim estava escrito: "fica extinta a gratificação de atuação no ensino especial prevista no artigo 75, da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976". Dessa forma, os 50% de gratificação especial para os professores das APAE's, para os professores que trabalham com deficiências visuais, com deficiências auditivas, estaria definitivamente sepultado, exceto para aqueles que já se encontram lecionando nas APAE's. Mas não haveria incentivo algum para a reposição desses professores. Foi um trabalho em conjunto da Oposição, dos deputados da base do Governo, um ato de extrema bravura e coragem de alguns deputados da base do Governo, que mesmo diante da pressão do Governo que não se curvaram e disseram que se as emendas da Oposição ou da Comissão de Educação viesse a Plenário, votaria com os professores da Educação Especial e completaria os 50% para as APAE's.

Efetivamente, esses corajosos e combativos parlamentares tanto da Oposição, quanto da Situação, merecem o reconhecimento da Oposição e de toda a sociedade paranaense e principalmente dos professores do Paraná.

Mas, existem algumas outras questões que não podemos, nobre presidente e nobre líder do Governo, nos furtarmos. O projeto é bom, o substitutivo é melhor ainda. Mas existem algumas questões que são emblemáticas, que são fundamentais para os professores do Paraná e que nós queremos ver aprovadas nesta tarde. E para isso requeremos destaque. Vou fazer um breve parêntese. Não poderemos encaminhar na seqüência, devo fazer agora. O Substitutivo Geral do deputado Elton Carlos Welter será votado em primeiro. Ele sendo aprovado, todas as demais emendas que não foram contempladas no seu substitutivo estarão prejudicadas. Salvo se a Oposição, a Comissão de Educação, enfim, os deputados que apresentaram emendas requeiram destaques para aprovação dessas emendas. Mas, não poderemos mais encaminhar com maior celeridade, pois fizemos um acordo patrocinado pelo presidente da Casa, com a Liderança do Governo.

Então, vejam só, estamos requerendo destaque para três questões fundamentais. A primeira delas, certamente é a mais importante. Férias de sessenta dias para os professores do Estado do Paraná não está contemplado no projeto. Queremos as férias de sessenta dias. Férias não é recesso.

Inclusive no dicionário Aurélio, trata de maneira muito distinta o que é recesso e o que é férias. Férias é aquele descanso merecido no final de um ano de trabalho. E nós entendemos que os professores necessariamente precisam dos sessenta dias de férias.

Não de 30 dias de férias e 30 dias de recesso, porque estarão sempre nas mãos do Poder Executivo, na vontade do chefe do Poder Executivo ou do secretário da Educação.

Então, nós estamos requerendo destaque, esse requerimento será votado em plenário. Se os deputados, tanto da Oposição quanto da Situação permitiram que

requerimento seja votado, votem a favor do requerimento, nós vamos votar o destaque das férias.

Se quando houver a votação do pedido de destaque o requerimento já for derrotado, ele não entrará em votação e com certeza essa emenda que possibilitaria os sessenta dias de férias estará sucumbida e não teremos, neste momento, a aprovação dessa emenda.

Outra emenda que estamos requerendo destaque é a data base que hoje está previsto em primeiro de junho. Que nós entendemos juntamente como entende a APP, como entendem os professores do Paraná, deva ser no dia 1/2. Nós não conseguimos fazer que no entendimento essa emenda pudesse ser contemplada no substitutivo geral, razão pela qual, vamos votar o pedido de destaque e se for aprovada ela vai a votação em plenário, se não for aprovada estará automaticamente derrubada a emenda.

E ainda, o terceiro destaque que nós estamos pleiteando é a do efeito retroativo. Porque desde novembro o governo, em reunião com a APP, em Assembléia, inclusive, anunciou o aumento dos professores.

Lembro-me bem que na minha base, foi por demais cobrado, por muitas vezes, de todos nós deputados, porque era novembro na proposta do governo, era dezembro na proposta do governo; e o governo não encaminhou à Assembléia Legislativa e se criou uma grande expectativa de que esse aumento fosse votado em dezembro. Depois, o governo disse que seria encaminhado em janeiro à Assembléia Legislativa para surtir efeito imediatamente. E todos nós parlamentares, o presidente da Casa Hermas Brandão, que é a nossa grande referência na Assembléia, disse: que se a Mensagem chegasse aqui todos os deputados viriam numa convocação extraordinária, sem querer inclusive receber getons.

Pois bem, a mensagem não veio em novembro, não veio em dezembro, não veio em janeiro, então logo chegou, buscamos somente na CCJ, na Comissão de Educação e em várias discussões a aprimorar efetivamente o projeto que foi feito e possibilitar que ele tivesse retroatividade a 1º de fevereiro, haja vista o deputado José Maria Ferreira sabe disso, o projeto veio com muitas irregularidades de técnica legislativa, o que demonstra inclusive algumas falhas que poderiam ter sido supridas na Secretaria, Chefe da Casa Civil.

Pois bem, nós estamos requerendo destaque para que o aumento salarial seja retroativo senhor presidente, e queremos efetivamente fazer com que esse destaque seja aceito e seja votado.

Desta forma, registro os três destaques: primeiro; férias de 60 dias para os professores do Paraná, data-base em 1º de fevereiro e retroatividade do pagamento para 1º de novembro. Parabéns à Situação, parabéns à Oposição, parabéns aos professores do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Herms Brandão**)

Em votação o requerimento nº 150 de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que requer preferência de

votação para o substitutivo geral do Projeto de Lei Complementar nº 003/2004.

Foi apresentado na data de hoje na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa e Leis.

Em votação o requerimento.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Está em votação o substitutivo geral ao projeto de lei complementar formulado pela CCJ.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Se aprovado esse substitutivo geral pelo deputado Durval de 60 dias de férias fica prejudicado senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Herms Brandão**)

Não, será colocado em votação o requerimento pedindo o destaque, se for aprovado, será votado a emenda depois dessa votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, depois de aprovado o substitutivo geral o pedido de destaque na possível emenda, ficam prejudicadas as emendas, como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (**Herms Brandão**)

Não, será votado o requerimento solicitando o destaque, se o requerimento for aprovado será colocado em votação a emenda, se for rejeitado o requerimento automaticamente não será colocado, será arquivado.

Está em votação o substitutivo geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação.

Senhores deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado pela unanimidade dos senhores parlamentares.

Teremos agora a votação dos requerimentos para o destaque.

Requerimento nº 156, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação da Emenda nº 05, ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2004. Em votação o requerimento.

Senhores deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Verificação de votação senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Herms Brandão**)

Será feito a verificação de votação. Senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Neivo Beraldin...

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, mas a leitura do requerimento dos deputados têm que tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos fazer a leitura da emenda. Solicito à 1ª Secretaria a leitura da emenda do deputado Neivo Beraldin, do destaque.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

Lê emenda do deputado Neivo Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento. Os deputados que aprovam queiram levantar-se.

Doze senhores deputados aprovam o requerimento.

Os deputados que rejeitam o requerimento queriam levantar-se.

29 senhores deputados rejeitam o requerimento.

Rejeitado o requerimento.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Quero, por gentileza, registrar os votos de quem votou a favor e, ao mesmo tempo justificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. pode só justificar o voto do requerimento, não sobre a emenda.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, quero dizer que existe um velho ditado que diz que “o peixe morre pela boca”.

O governador Requião disse em janeiro que gostaria de pagar os professores, a partir de janeiro, porém a Assembléia estava em recesso e isso custaria dinheiro para convocar os parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não é verdade, porque nós demos uma declaração que a Assembléia seria convocada sem querer ônus do erário público, em homenagem aos professores do Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Mas, não se perde a oportunidade de dizer que neste momento, nós poderíamos ter aprovado essa emenda e o pagamento seria retroativo a janeiro, para parar com a demagogia neste País. Nós não podemos ouvir que o governador tem a intenção de pagar. Daí vai o deputado do PT e diz que não, que por ele não cobra nada para recesso, para extraordinária. Mas, agora, vota exatamente contra esse processo que previa o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputado Neivo Beraldin, de acordo com o Regimento Interno da Casa, no artigo 161, é lícito ao deputado depois da votação enviar à Mesa para publi-

cação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Respondo a V. Exa. que para um bom entendedor meia palavra basta.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, para justificar o voto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É a mesma questão do artigo 161.

O SR. JOCELITO CANTO (**Para Encaminhar**)

Todo mundo justifica aqui há 100 anos, nobre deputado.

Eu só queria justificar, porque há um mal-entendido, senhor presidente, porque tem gente pensando que nós estamos votando contra. Na verdade o que nós, 12 deputados, votamos aqui é que se pagasse os professores dentro desse projeto que todos nós votamos se pagasse o mês de janeiro, porque isso foi prometido aos professores. Só queria mostrar que os doze deputados que estão aqui, desse lado da direita, votaram a favor que o governo, que tem dinheiro do Fundef, pode pagar, pagasse os professores.

É só isso para não haver mal-entendido, porque tem deputado que depois diz aí que nós queríamos receber jeton para votar e isso nunca aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi justificado isso, nobre deputado.

Requerimento nº 03.

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Para Encaminhar**)

Exatamente para dizer que os deputados não têm esse direito. Poderia ser retroativo há 8 anos do governo Jaime Lerner, que não se deu nada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento do deputado Durval Amaral.

Requer destaque para discussão e votação para Emenda de Plenário nº 7.

Eu consulto o deputado Durval Amaral, que tem três requerimentos: pedido de destaque às emendas nº 07, 08 e 09.

Quero saber se nós poderíamos votar os três requerimentos em uma única votação?

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, nós vamos, efetivamente, acolher a decisão de V. Exa., mas a Oposição gostaria, até porque esse destaque nº 07 é de fundamental importância, porque...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, vamos votar individualmente, deputado.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço muito, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 164, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação da Emenda de Plenário nº 07 ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2004.

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Só para que seja lido o teor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou pedir para que seja lida a Emenda nº 07!

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(Lê Emenda Modificativa e Supressiva nº 07 ao Projeto de Lei nº 003/2004).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento do deputado Durval Amaral, pedindo destaque para discussão e votação da Emenda de Plenário nº 07. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação.

Senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Doze senhores deputados aprovam.

Senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 27 senhores deputados rejeitam.

Está **rejeitado** o requerimento!

O SR. JOCELITO CANTO

Para justificar, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tem justificativa, nobre deputado!

O SR. JOCELITO CANTO

Por que não tem, presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tem, o Regimento não permite!

O SR. JOCELITO CANTO

Mas V. Exa. sempre permitiu!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O artigo 161 do Regimento não permite justificativa de voto!

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, para registrar os votos.

(Assentimento)

Eu vou registrar os votos a favor, senhor presidente, senhores deputados, os deputados que votaram a favor da emenda dos sessenta duas de férias para os professores do Estado do Paraná: deputado Valdir Rossoni, deputado Elio Rusch, deputado Durval Amaral, deputado Plauto Miró, deputado Luiz Carlos Martins, deputado Luciano Ducci, deputado Barbosa Neto, deputado Ratinho Júnior, deputado Jocelito Canto, deputado Neivo Beraldin e deputado Reni Pereira.

O SR. JOCELITO CANTO

Pela ordem, senhor presidente

(Assentimento)

Só quero registrar aqui que o chapéu do deputado André Vargas não serviu para nós do Bloco Independente, que nós não somos Oposição e nem Situação. Segundo, nós votamos esse destaque, porque exatamente o presidente da APP acenou aqui para nós que deveríamos votar - nós, o Grupo Independente, estamos votando ao lado da APP. E terceiro, senhor presidente, para registrar, queria aproveitar esta ocasião para trazer um negócio muito importante aqui. Durante o recesso, senhor presidente, o deputado do PT, Tadeu Veneri, disse que tinha que acabar o recesso na Assembléia, porque os deputados ficavam sessenta dias sem fazer nada. Acho engraçado, porque neste momento ele votou contra os professores para ter sessenta dias, com direito às férias.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento do deputado Durval Amaral referente à Emenda nº 09: “requer destaque para discussão e votação da Emenda de Plenário de nº 09”.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Se. V. Exa. entender, quero solicitar que seja lida a emenda, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será realizada a leitura.

Antes, porém, solicito às galerias a compreensão de não se manifestarem. Nós queremos e vamos fazer a votação hoje em 3ª Discussão e Redação Final.

É o compromisso que toda esta Casa tinha de votarmos hoje e mandarmos amanhã para o Palácio Iguaçu, para ser sancionado esse projeto de lei.

O SR. TADEU VENERI

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Apenas para deixar claro, senhor presidente, já que fui citado pelo deputado Jocelito Canto, que os sessenta dias que estão sendo aprovados hoje pelo projeto original, permanecem os trinta dias de férias e os trinta dias de recesso normalmente. Agora, comparar professor, que está todos os dias em sala de aula, aos deputados estaduais, não acho que seja uma comparação boa para nenhum dos lados.

Então, gostaria que essa comparação não fosse feita, porque foi em um contexto diferente que eu falei e o deputado sabe disso.

O SR. JOCELITO CANTO

Então renuncie o mandato. O senhor está aí contra os próprios deputados.

Peça renúncia do cargo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito à deputada Cida Borghetti a leitura da Emenda de Plenário nº 09.

A SRA. 1ª SECRÉTARIA (**Cida Borghetti**)
(Lê Emenda de Plenário nº 09)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento nº 165, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, requerendo destaque para discussão e votação da Emenda de Plenário nº 09, ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2004.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Durval Amaral, queiram levantar-se.

Doze senhores parlamentares aprovam o requerimento.

O SR. NEIVO BERALDIN

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, o senhor conhece a minha franqueza e a minha sinceridade. Eu, sinceramente, senti-me, hoje, prejudicado na minha Emenda nº 05.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós estamos em um processo de votação e V. Exa. não pode interrompê-lo.

O SR. NEIVO BERALDIN

O senhor deu um tratamento diferente à minha Emenda do que está dando às outras. O senhor simples-

mente colocou em votação sem o Plenário saber o que estaria votando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. solicitou a leitura e esta foi feita do requerimento da Emenda de V. Exa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Solicitei para encaminhar a minha Emenda, V. Exa. disse que não podia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Houve um entendimento entre as lideranças de Situação e Oposição que seriam de dez minutos a cada liderança.

O SR. NEIVO BERALDIN

Precisei solicitar de V. Exa. que desse conhecimento à Casa, do conteúdo da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas foi feita a leitura da Emenda de V. Exa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sei que a matéria é vencida, mas é uma questão de justiça. Porque se eu tivesse tido a oportunidade de esclarecer ao Plenário, de que a emenda era favorável aos professores, que eles receberiam um mês a mais, desde janeiro, tenho certeza que os deputados iriam votar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço para V. Exa. encerrar essa discussão, porque estamos em processo de votação. Todos os senhores parlamentares aprovam o requerimento do deputado Durval.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e quatro. Está rejeitado o requerimento, para destaque da Emenda nº 09.

Requerimento do deputado Durval Amaral, que requer destaque para a discussão e votação da Emenda de Plenário, nº 08. Solicito a leitura da emenda pela nobre deputada Cida Borghetti.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)
(Procede à leitura)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 166, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando destaque para a discussão e votação da Emenda de Plenário nº 08, ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2004. Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Será feita a verificação de votação, a pedido do deputado Antonio Anibelli.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Durval Amaral, queiram levantar-se. Quinze senhores deputados aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e sete rejeitam.

Está **rejeitada** a solicitação do deputado Durval Amaral.

O SR. ELIO RUSCH

Presidente, apenas para registrar, esses deputados que votaram a favor da emenda, que se refere à data base do vencimento dos professores, que hoje está previsto para o dia 1º de junho, para antecipar para 1º de fevereiro. Deputados que votaram a favor dessa emenda no destaque: deputados Durval Amaral, Plauto Miró, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Ratinho Júnior, Jocelito Canto, Reni Pereira, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho, Barbosa Neto e Ailton Araújo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento do deputado Elio Rusch, que requer destaque para a discussão e votação da Emenda de Plenário nº 01. Solicito à deputada Cida Borghetti a leitura do teor da emenda.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)
(**Procede à leitura**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 167, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação da Emenda de Plenário nº 01, ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2004. Em votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputados que aprovam o requerimento do deputado Elio Rusch, queiram levantar-se. Onze senhores parlamentares aprovam o requerimento.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Trinta rejeitam o requerimento. **Rejeitado**.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Para registrar, senhor presidente. Deputados que votaram a favor da nossa emenda de pedido de destaque: Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Ratinho Júnior, Jocelito Canto, Reni Pereira, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho, Barbosa Neto e Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Declaramos, então, aprovada a Emenda do Substitutivo e ficam prejudicadas todas as emendas, conforme requerimento dos deputados.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Eu contei treze e o senhor declarou onze. Alguma coisa está errada nessa votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Matéria vencida.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (**Pela Ordem**)

Na qualidade de relator, queria registrar e parabenizar o Plenário desta Casa por este projeto ser aprovado e queria dizer que a articulação e abertura política que foi dada ao movimento dos professores foi fantástica, foi integral, de a gente aperfeiçoar no que foi possível, dentro da realidade do Paraná.

Hoje, este projeto aprovado em segundo turno, dá-se garantia que nossos filhos, os filhos do Paraná, terão melhor qualidade de ensino, que os professores terão uma carreira decente, tendo qualidade na sua formação e subindo verticalmente na carreira e estarão sendo motivados a estudarem mais, aperfeiçoarem-se. Está garantido no plano cada cinco anos uma progressão, cada cinco anos a mais sobe cinco por cento. Isto dá garantia de que realmente motiva o professor a continuar no Magistério. Motiva ainda mais a fazer cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. É um orgulho um Estado ter um plano tão eficiente que foi debatido até meia hora antes ainda de ir à Comissão de Constituição e Justiça e que se fez algumas emendas, eu tenho convicção, são demagógicas, que passaram oito anos e não tiveram a coragem de fazer o que foi feito.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Em primeiro lugar queria dizer ao deputado Elton Carlos Welter que eu não estive aqui nos últimos quatro anos como deputado e V. Exa. deve ter se referido à Oposição.

Eu até anotei que é muito bonito, oito anos os professores ficaram sem receber, agora todo mundo quer aprovar emendas.

Nós, os Independentes, votamos tudo que a APP queria, tudo, e votamos ainda algumas Emendas que para mim não são demagógicas. São Emendas que foram apresentadas pela Oposição que não fez em oito anos. Mas para mim é demagogia um professor ficar 60 dias em férias, não é demagogia, eu não acho.

Então, quero dizer a V. Exa. que eu não acho demagogia. Nós votamos a favor do que é importante para os professores e quero senhor presidente, cumprimentar o governo Requião porque deu este aumento para os professores e cumprimentar o secretário Maurício Requião que é competente, enquanto que o secretário de Ensino Superior é incompetente e não consegue colocar professores na Universidade de Ponta Grossa.

Muito obrigado.

O SR. AILTON ARAÚJO (Pela Ordem)

Senhor presidente, dizem que quem cala consente e eu quero dizer ao nobre deputado Elton, que nunca lhe faltei com o respeito e V. Exa. talvez levado pela emoção e pelo aplauso da galera, está me ofendendo. Não sou demagogo, voto com a minha consciência, há razão de ter votado algumas emendas favoráveis com a Oposição e outras com a Situação. Então, é preciso que a opinião de cada parlamentar que aqui vota seja respeitada, sem isso não há democracia.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, na esteira do professor Ailton Araújo. O deputado Ailton Araújo chamou à atenção exatamente de um assunto importante chamado respeito. Respeito vai bem em qualquer lugar, dizia a minha avó. Infelizmente o deputado Elton, menino ainda, deputado de primeiro mandato, não sabe que muitos deputados também estão chegando agora aqui e que não tiveram a oportunidade de dar este aumento porque não veio a mensagem do Governo, no passado, porque isso depende de uma mensagem governamental. Evidentemente esta mensagem governamental chegou porque o Requião teve a sensibilidade, o secretário e o Governo estão de parabéns. Nós, o PDT votou unanimemente a favor a apenas a emenda que nós propúnhamos era para que fosse pago o retroativo a janeiro e não a fevereiro. Era favorável aos professores, justo, dentro do orçamento, tudo certo.

Agora, não podemos aceitar o discurso fácil, demagógico e me desculpe, deputado Elton, nós aqui não fazemos demagogia, nós aqui representamos o povo por isso estamos aqui há seis mandatos.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)

Senhor presidente Hermas Brandão, deputados, deputadas, deputado Elton, o respeito faz parte da convivência. Quando atiramos em companheiros, deputado Elton, estamos atirando nos nossos pés.

Fiquei muito triste com as suas colocações e queria propor a V. Exa. fazer um debate aqui sobre demagogia, uma Sessão especial para tratarmos de demagogia, deputado Elton, principalmente demagogia das últimas eleições, vamos voltar para o palanque lá atrás e vamos discutir. Isso é falta de respeito, eu não aceito, nós não aceitamos, é preciso respeitar os companheiros desta Casa! E não venha alegar que não tem experiência. Tem experiência, sim senhor, porque bobo ninguém chega aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/2003, de autoria do deputado André Vargas, que institui, no calendário

de comemorações oficiais do Estado do Paraná a Semana da Paz. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre benefícios para doadores de sangue e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Estrada Graúna - AMEG, com sede e foro no município de Pérola. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, que obriga os escritórios modelo de assistência judiciária dos cursos de Direito das Universidades Públicas Estaduais, a manterem plantão criminal, segundo os critérios que determina, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Ricardo Alves da Conceição. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 711/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária das Mulheres de Barbosa Ferraz - Acomubafe, com sede e foro no município de Barbosa Ferraz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que altera o item III, e inclui o item IV, no artigo 5º, e altera o item I do artigo 10 da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, do Poder Executivo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2003, de 14/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 268/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 268/2003, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, que tem por desígnio alterar o item III, e inclui o item IV, no artigo 5º, e altera o item I do artigo 10, da Lei 12020, de 09 de janeiro de 1998.

A sustentação para o deferimento do projeto de lei alhures, indica que o agronegócio representa parte indispensável na economia do Estado do Paraná, e, em razão disto, vê-se necessário um maior incentivo à pesquisa, tendo em vista a presença deste setor no mercado internacional.

Neste contexto, o meio utilizado para alcançar este intento é a destinação de parte da arrecadação do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT Paraná, para aplicação em programas e projetos estratégicos específicos em pesquisa agropecuária, florestal, produção de energia elétrica a partir da Biomassa e recuperação das reservas permanentes, bem como a alteração no número de membros deste órgão, incluindo em sua composição o secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O parecer da Diretoria Legislativa, tem seus elementos basilares fulcrados em uma suposta inconstitucionalidade, já que, em seu ponto de vista, o presente projeto de lei estaria em desacerto com o artigo 66 da Constituição Estadual o qual traz *in verbis*:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Porém, *data vênia* este deputado não lobrigha a situação da mesma maneira que esta insigne Diretoria Legislativa, vez que, de acordo com o artigo 53 da Constituição Estadual, é de alçada da Assembléia Legislativa dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, principalmente no que tange à disposição das suas rendas, como se denota da transcrição do artigo 53:

Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

Sendo assim, em vista da situação traduzida, este parlamentar manifesta-se de modo favorável no que se refere à constitucionalidade e à oportunidade da matéria, fazendo resplandecer que se segue o procedimento apropriado para tal fim, não necessitando ser o presente convocado em indicação.

No entanto, cobre-se de razão a Diretoria Legislativa quando elucida que o artigo 3º do referido projeto deve ser acometido por Emenda Modificativa Corretiva,

já que é patente que o autor incidiu em erro material que não pode transpor esta avaliação.

Feitas todas as ponderações vale apontar que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 17.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 268/2003

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 268/2003, objeto desta análise jurídico legislativa, é de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, que altera item III, e inclui o item VI, no artigo 5º, e altera o item I do artigo 10 da Lei nº 12020, de 09 de janeiro de 1998 do Poder Executivo.

Conforme análise do conteúdo e da justificativa do projeto de lei em questão, observamos que o mesmo tem como objetivo a aplicação de programas e projetos estratégicos específicos em pesquisa agropecuária, florestal, produção de energia (Biomassa) e recuperação das reservas permanentes.

Assim sendo a Comissão de Finanças, apresenta parecer favorável ao presente plano de lei.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HÉLIO RUSCH - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, que altera a Lei nº 8.852 de 27 de julho de 1988, que proíbe fumar em recintos fechados e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 072/2003, de 15.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 543/2003

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de Lei de autoria do deputado Vanderlei Iensen, que pretende dar nova redação à Lei Estadual nº 8.852, de 27 de julho de 1988, que proíbe fumar em recintos fechados onde sejam obrigatórios o trânsito ou a permanência de pessoas, bem como estabelece obrigações de avisos escritos e orais sobre essa proibição, fixa sanções e dá outras providências.

A alteração proposta na verdade substitui integralmente a redação da lei em vigor, pois o artigo 1º de projeto de lei estabelece nova redação, em forma de (seis) artigos para toda a Lei vigente que tem 11 (onze) artigos.

A nova redação torna mais abrangente a proibição, porém nada dispõe sobre penalidades, ao contrário do que consta na atual lei, embora a multa ainda constar em forma de Obrigações do Tesouro Nacional - OTN's.

Voto do Relator e Fundamentação

Considerando que na proposta apresentada pelo ilustre deputado Vanderlei Iensen não resta nenhum texto da lei que pretende alterar, por razões de técnica legislativa, entendemos que ao invés do artigo 1º dar nova redação à íntegra da lei vigente, e o artigo 2º do projeto revoga genericamente disposições em contrário, convém decretar uma nova lei dispondo de forma direta todos os dispositivos que se pretende regular e, ao final, revogar-se a lei 8.852 que trata da mesma matéria.

Ainda entendemos ser conveniente introduzir no projeto dispositivo que determina expressamente ao Executivo fixar penalidades para os infratores, na forma da sua competência.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 543/2003, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 543/2003

Art. 1º - Fica proibido fumar nos recintos e edificações abaixo relacionados:

I - hospitais, maternidades, clínicas, consultórios médicos, consultórios odontológicos e laboratórios;

II - cinemas, teatros, auditórios, museus, bibliotecas, salas de aula públicas e particulares, salas de conferências e de convenções;

III - elevadores de prédios públicos, residenciais, comerciais e industriais;

IV - veículos de transporte coletivo intermunicipal e ambulâncias;

V - restaurantes, bares e assemelhados.

Art. 2º - Nos estabelecimentos acima mencionados poderá ser permitido fumar em salas especiais dotadas de proteção adequada, nas quais serão utilizados somente materiais de construção de revestimento e acabamento inflamável ou autoextinguíveis.

Art. 3º - Em todos os estabelecimentos deverão ser colocados cartazes ou avisos com os dizeres de "PROIBIDO FUMAR", com menção à presente lei, bem como a utilização do sinal internacional de proibição de fumar nos locais públicos onde for comum a presença de estrangeiros ou analfabetos

Parágrafo Único - Em recinto com área superior a 50 m2 (cinquenta metros quadrados), os cartazes ou avisos a que se refere este artigo deverão repetir-se na proporção de 1 (um) para cada 50m2 (cinquenta metros quadrados) ou fração excedente.

Art. 4º - A efetivação da proibição e a colocação dos cartazes ou avisos mencionados no artigo 3º desta lei deverão ser feitas no prazo de 90 (noventa) dias da sua vigência.

Art. 5º - Fica proibida a comercialização de fumo ou tabaco em órgãos públicos e estabelecimentos de ensino da rede pública e privada.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei e suas penalidades no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 11 - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação e fica revogada a Lei nº 8.852, de 27 e julho de 1998.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Elza Correia e 1 ilegível.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 543/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, "Altera a Lei nº 8.852 de 27 de julho de 1988, que proíbe fumar em recintos fechados e dá outras providências".

Tal proposição altera a lei supra referida proibindo fumar em recintos fechados onde sejam obrigatórios o trânsito ou a permanência de pessoas, bem como estabelece obrigações de avisos escritos e orais sobre essa proibição fixando sanções em caso de infração.

Por entender que a alteração proposta pelo autor substitui integralmente a lei em vigor, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou substitutivo geral, inserindo dispositivo que determina expressamente ao Executivo fixar penalidades aos infratores na forma da sua competência, revogando a Lei nº 8852/88, que trata da mesma matéria.

Fundamentação

Ao adentrarmos no mérito, convém salientar que quando se proíbe fumar em locais fechados o maior beneficiado é o não fumante.

Atualmente a decisão de fumar ou não deixou de ser uma opção. Hoje já se conhecem os danos que uma pessoa pode sofrer caso ela conviva ou esteja exposta à fumaça de pessoas que fumam. Segundo estudos médicos

realizados em pessoas que ficam expostas à fumaça do cigarro poder ter bronquite, pneumonia, resfriados e asma.

Conforme pesquisa médicas um cigarro aceso produz dois tipos de fumaça: a que o fumante aspira e devolve depois que é filtrada no seu pulmão, e a chamada lateral que é aquela que o fumante passivo entra em contato. Esta última sai diretamente do cigarro e, por não passar pelo filtro do pulmão de quem está fumando, possui as mesmas substâncias tóxicas que a primeira em concentrações ainda maiores. A fumaça lateral contém três vezes mais nicotina, três vezes mais monóxido de carbono e cinquenta vezes mais substâncias cancerígenas. Nos locais fechados em que é permitido fumar, as partículas da fumaça se espalham rapidamente levando a concentração que excedem os níveis padrão de qualidade do ambiente.

Diversas pesquisas vêm sendo elaboradas a respeito desse tema e, desde já, cientistas mostram que a incidência de câncer de pulmão entre os fumantes passivos é duas vezes maior do que a encontrada na população geral.

Com a aprovação da presente lei estar-se-á beneficiando inúmeras pessoas além de colaborar na prevenção de diversas doenças causadas pelo tabaco.

Conclusão

Diante do exposto, a Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável ao presente projeto de lei, na forma do Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO - Presidente

PADRE PAULO CAMPOS - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que institui o Dia e a Semana Estadual do Tropeiro. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE E CT. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 081/2003, de 13.10.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 605/2003

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 605/2003, objeto desta análise, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, objetiva instituir o Dia e Semana Estadual do Tropeiro.

O autor do projeto de lei em questão, justifica que a repercussão do evento irá representar a revitalização e exploração turística da Região dos Campos Gerais.

Esta proposição visa instituir no calendário oficial, uma data que as escolas possam explorar com mais ênfase, o tema “Tropeirismo”.

Isto posto, a Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto constitucional, legal e regimental da

proposta, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 605/2003, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 605/2003

P A R E C E R :

Do projeto:

De autoria do eminente deputado Plauto Miró Guimarães, o presente projeto de lei visa instituir o Dia do Tropeiro dentro das festividades culturais do Estado do Paraná.

Em sua justificativa o autor afirma que a proposição visa “colaborar para a revitalização e exploração turística do Caminho de Viamão, conforme intenção dos prefeitos dos Campos Gerais: explorar turisticamente as origens comuns das cidades dos Campos Gerais entre outros”.

Do voto:

O artigo 190 da CE PR diz “a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos poderes públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.”

A CF 88 por seu turno afirma que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:... II. os modos de criar, fazer e viver...”

Assim da análise da proposta percebe-se que a iniciativa do nobre parlamentar se enquadra dentro das políticas de preservação da memória histórica e estímulo à compreensão das raízes da sociedade e das comunidades.

Em face do exposto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE TURISMO PROJETO DE LEI Nº 605/2003

P A R E C E R :

Louvável sobremaneira o projeto de lei de autoria do nobre deputado Plauto Miró Guimarães, que pretende instituir o Dia e a Semana Estadual do Tropeiro, no calendário e comemorações oficiais do Estado do Paraná, visando ações educativas durante o transcurso da citada semana. incluindo nestas ações, e realização da cavalgada em homenagem ao Tropeiro.

O amor e respeito pela cultura do nosso Estado, solidificarão ainda mais a formação dos jovens paranaenses, preparando-os para o exercício da cidadania,

instrumentalizando-os pelo conhecimento, condição essencial para a participação consciente da construção de uma sociedade democrática.

Limitando-se ao exposto e considerando a relevância da matéria, rogamos vênia para ratificar o parecer do nobre presidente da Comissão de Constituição e Justiça, como também do ilustre presidente da Comissão de Educação.

Digna de elogios a iniciativa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2003.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 699/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Corredores de Rua de Curitiba - Acorba, com sede e foro nesta comarca de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 100/2003, de 25/11/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 699/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Reni Pereira, declara de Utilidade Pública a Associação dos Corredores de Rua de Curitiba - Acorba, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 095/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que solicita a transferência, instalação e funcionamento do 13º Distrito Policial do Bairro Tatuquara, em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovada. (Publ. no DA nº 074/2003, de 22/09/2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

INDICAÇÃO Nº 095/2003

P A R E C E R :

A indicação em análise é de autoria do deputado estadual Doutor Luciano, que solicita a transferência, instalação e funcionamento do 13º Distrito Policial no Bairro Tatuquara em Curitiba / PR.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, conclui-se que a presente indicação tem por escopo a melhoria no atendimento da segurança pública da região do município de Curitiba no bairro Tatuquara, local de grande incidência criminal e violência urbana.

Cabe ressaltar que a região em análise, como propõe o deputado Delegado Bradock, encontra-se geograficamente localizada de forma que a população tem dificuldade para o devido atendimento e registro das ocorrências, bem como devido a falta de estrutura e instalações adequadas não permite que a Delegacia encontre segurança para o desempenho de suas funções.

Atualmente, o 13º Distrito Policial está localizado na Rua Tenente-Coronel Manoel E. de Assunção, 414, porém em prédio que não é próprio da Instituição, bem como inadequado para a atividade policial, no entanto, com a doação do terreno na Moradias Rio Bonito, no bairro Tatuquara, conforme informações prestadas pela autoridade policial responsável pelo atual distrito, seria de bom grado a transferência pretendida.

Desta forma, somos de parecer favorável à transferência, instalação e funcionamento do 13º Distrito Policial no bairro Tatuquara em Curitiba, conforme se pretende na Indicação nº 095/2003.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK - Presidente e Relator

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 124/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que propõe a instalação de uma Ciretran no município de Santa Fé. PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 094/2003, de 11/11/2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 124/2003

P A R E C E R :

Do relatório

O Projeto de Lei nº 124/2003, de iniciativa do Exmo. Sr. deputado estadual Nelson Justus, que tem por objetivo a instalação de uma Ciretran no município de Santa Fé.

Da fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se, conclui-se que o presente projeto de lei garantirá à sociedade de toda a região de Santa Fé um melhor atendimento e um acesso mais rápido aos serviços prestados pela Ciretran, pois irá beneficiar não somente o município de Santa Fé, mas também demais municípios daquela região, onde a população atualmente acaba por ter que se deslocar vários quilômetros para poderem ter o respectivo atendimento, o que efetivamente somente é possível no município de Astorga, dificultando sensivelmente a acessibilidade, considerando às distâncias a serem percorridas.

Ademais, no total são aproximadamente 6000 (seis mil) veículos transitando por toda a região que têm que percorrer cerca de 40 km para o atendimento junto a Círculo de Astorga, dificultando a vida de aproximadamente 30.000 (trinta mil) habitantes, que serão beneficiados com o projeto em análise.

Da conclusão

Diante do exposto, não havendo óbice quanto ao mérito em prosseguir, bem como diante da relevância da matéria, esta Comissão apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 124/2003, devendo prosseguir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK - Presidente e Relator

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

No momento da votação do item 5 do Projeto nº 427/2003, não permaneci como estava, levantei-me votando contrariamente, mas pela agilidade passou. Gostaria que fosse o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado.

O senhor deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero fazer uma ressalva mediante o que vimos aqui hoje. De um lado uma parte que devemos aplaudir a atitude dos líderes onde fizeram um acordo e rapidamente votamos o plano dos professores. E o outro lado é o lado triste da Assembléia de que os professores vão levar a imagem de alguns debates que esta Casa não merece. Então, senhor presidente, acho que nos próximos dias devemos nos ater ao Regimento Interno da Casa. Já temos, aqui, um grupo estudando, mas temos que dar um prazo para que tenhamos um Regimento Interno claro que diga quando nós poderemos nos pronunciar, um regimento que não deixe dúvida. Aí certamente vamos poder exercer a nossa função como parlamentar com maior lisura.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Temos uma Comissão praticamente encerrando os trabalhos que é presidida pelo deputado Vanderlei Iensen, o deputado José Maria e outros participam dessa Comissão, Espero que nos próximos dias tenhamos condições de votar em Plenário o Regimento desta Casa.

Leitura dos requerimentos. Fica registrado o voto contrário do deputado Elio Rusch ao requerimento de autoria do senhor deputado Jocelito Canto, o qual requer envio de expediente ao governador Roberto Requião.

Sobre o requerimento do senhor deputado Elio Rusch, que requer um pedido de informação sobre o porquê do não cumprimento do prazo legal das obrigações do cumprimento das metas. Gostaria de informar ao senhor que esta Casa recebeu no dia de ontem as informações e estamos marcando para a próxima terça-

feira às 10h da manhã a apresentação, pelo secretário das Finanças, junto aos senhores parlamentares.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente, tendo em vista que os documentos chegaram embora fora do prazo, mas que fique registrado. Porque nós procuramos, senhor líder do Governo na Assembléia Legislativa, se o Governo tivesse encaminhado no mês de fevereiro como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal, seguido de acordo com a Constituição do Brasil no seu artigo 166, que pede que os documentos, não só os documentos, mas como o próprio Governo do Estado deve vir a Casa, aqui na Assembléia Legislativa para demonstrar aos senhores deputados o desempenho físico do Orçamento do Estado do Paraná.

Isso não aconteceu. Fica porém registrado senhores deputados, senhoras deputadas, que o Governo do Estado, através das suas secretarias competentes, não cumpriu com o dispositivo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fica esse registro e lógico esse requerimento estaria prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O senhor retira o requerimento?

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado, então, pelo autor.

Já estou convocando os senhores parlamentares para a próxima terça-feira às 10h da manhã, o secretário da Fazenda Eron Arzua estará apresentando o seu relatório aos senhores parlamentares.

O SR. JOSÉ MARIA (Pela Ordem)

Só para dar satisfação ao deputado Elio Rusch, o Governo realmente tinha que complementar, a Lei de Responsabilidade estabelece, a Constituição estabelece. Não tem prejuízo e o Governo já fechou, mas mesmo com atraso, ele faz questão de vir cumprindo a Legislação e em função do carnaval e em função até do recesso.

Mas aqui fica registrado e acolhida a reivindicação do deputado Elio Rusch, no sentido que nos próximos o Governo comparecerá na data adequada.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Hoje é quarta-feira às 10h estará aqui. Só espero que nós possamos receber ainda esta semana, senão nós não teremos condições.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Já está lá à disposição no meu gabinete vou encaminhar a todos os parlamentares no dia de hoje.

Sobre a mesa, Requerimento nº 100, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 114, de autoria dos deputados Chico Noroeste e Reni Pereira, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 142 e 152, de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 144, de autoria do deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 145, de autoria dos deputados Jocelito Canto e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 146, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 151 e 162, de autoria do deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 157, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 159, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 160, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 161, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 163, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 168, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 169, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 170, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Apenas para fazer o registro. No dia 20 do mês de fevereiro, durante o período de carnaval, faleceu um irmão também jornalista e diretor do jornal Diário Popular, família tradicional da cidade de Paranaguá, relações familiares com a minha família, Jorge Kudri.

Em nome da minha Bancada, nós estamos deixando aqui um voto de pesar ao jornalista e diretor do Diário Popular, Sr. Jorge Kudri.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado e será encaminhado o voto de pesar em nome de V. Exa.

Requerimento nº 171, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 172, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 173, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 003/2004.

Levanta-se a Sessão.

Resumo de Contrato:

RESUMO DE CONTRATO

Protocolo:

933/2004

Contratante:

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Contratada:

Higi Serv Limpeza e Conservação Ltda.

Objeto:

Contrato emergencial para portaria 24 horas à Rua Dep. Mário de Barros, nº 1175

Dotação:

3390.3700

03.03.2004 até o limite de 180 dias

Vigência: